



## 1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

### 1.1 Identificação do Projeto

#### 1.1.1 Síntese do Projeto

Recuperação do IRRF (Tema 1130/STF) por meio de patrocínio judicial e execução de valores, com fundamento nos arts. 157, I, e 158, I, da Constituição Federal e na tese fixada pelo STF no Tema 1130 (RE 1.293.453). [Planalto+1](#)

#### 1.1.2 Quadro de Identificação (Tabela 1)

Campo	Informação
<b>Projeto</b>	Recuperação do IRRF (Tema 1130/STF) – Patrocínio Judicial e Execução de Valores. <a href="#">Supremo Tribunal Federal</a>
<b>Objeto</b>	Contratação direta de serviços advocatícios técnicos e especializados para propositura e monitoramento de ação judicial visando à restituição do IRRF indevidamente recolhido, com fundamento na CF/1988 e na jurisprudência do STF (Tema 1130). <a href="#">Supremo Tribunal Federal</a>
<b>Processo</b>	00031.20251016/0001-08
<b>Unidade Requisitante</b>	Secretaria de Planejamento, Gestão Administrativa e Inovação Tecnológica do Município de Crateús/CE.
<b>Local/Endereço</b>	Crateús/CE — Rua Galeria Gentil Cardoso, 20 – Centro – CEP 63.700-000.
<b>Data-base</b>	10/2025.
<b>Regime</b>	<b>Inexigibilidade</b> (art. 74, Lei 14.133/2021) c/c <b>art. 3º-A da Lei 14.039/2020</b> (natureza técnica/singular dos serviços de advocacia). <a href="#">Planalto+1</a>
<b>Critério de Seleção/Remuneração</b>	Inviabilidade de competição por <b>notória especialização</b> ; <b>honorários de êxito de 15%</b> sobre o benefício econômico recuperado; <b>retenção/destaque</b> dos honorários com base no <b>art. 22, §4º, do EOAB</b> e no <b>STJ (REsp 1.818.107/RJ)</b> . <a href="#">Planalto</a>
<b>Sigilo do Orçamento PCA/PGC</b>	Não. Sem PCA (inexigibilidade com êxito). Observar diretrizes do <b>Decreto 10.947/2022</b> (PGC/PCA) e normativo local, quando cabível. <a href="#">Planalto</a>
<b>Consórcios</b>	<b>Vedar</b> – caráter personalíssimo e vedação de substituição do(s) profissional(is) que fundamentaram a inexigibilidade. <a href="#">Planalto</a>
<b>Cooperativas</b>	<b>Vedar</b> – mesma razão de pessoalidade técnica e responsabilidade profissional. <a href="#">Planalto</a>

#### 1.1.3 Fundamentos Normativos (Tabela 2)

Diploma/Órgão	Dispositivo/Tema	Aplicação no caso	Link oficial
<b>Constituição Federal</b>	Arts. <b>157, I</b> e <b>158, I</b> – repartição de receitas (IRRF)	Base constitucional da titularidade do IRRF na fonte	<a href="#">Planalto</a>
<b>STF – Tema 1130 (RE 1.293.453)</b>	Tese: pertence a Estados, DF e Municípios o produto do IRRF retido na fonte sobre pagamentos efetuados por eles	Base jurisprudencial da recuperação do IRRF	<a href="#">Supremo Tribunal Federal</a>
<b>Lei 14.133/2021</b>	<b>Art. 74</b> – inexigibilidade (serviços técnicos especializados/notória especialização)	Fundamento da contratação direta	<a href="#">Planalto</a>
<b>Lei 14.039/2020 (EOAB)</b>	<b>Art. 3º-A</b> – natureza <b>técnica e singular</b> dos serviços de advogado (com notória especialização)	Comprovação da inviabilidade de competição	<a href="#">Planalto</a>
<b>EOAB – Lei 8.906/1994</b>	<b>Art. 22, §4º</b> – <b>retenção/destaque</b> de honorários contratuais	Cláusula de retenção no êxito	<a href="#">Planalto</a>
<b>PGFN</b>	<b>Parecer SEI 5744/2022</b> – Tema 1130 (sem modulação de efeitos)	Uniformização da atuação judicial da Fazenda	<a href="#">Serviços e Informações do Brasil</a>
<b>CTN – Lei 5.172/1966</b>	Normas gerais de direito tributário	Fundamentos complementares (competência/normas gerais)	<a href="#">Planalto</a>
<b>PNCP</b>	Portal oficial de publicidade de contratações	Rastreabilidade e transparência do processo	<a href="#">Serviços e Informações do Brasil</a>
<b>Decreto 10.947/2022</b>	PGC/PCA – planejamento das contratações	Chechagem de coerência com planejamento	<a href="#">Planalto</a>



1.1.4 Diretrizes específicas de remuneração por êxito

a) **Honorários de êxito:** 15% sobre o benefício econômico recuperado, com retenção de 5% de acordo com o **art. 22, §4º, EOAB** e prática admitida no âmbito jurisprudencial (v.g., REsp 1.818.107/RJ). [Planalto](#)

b) **Clareza contratual:** anexar contrato de honorários à fase de cumprimento/execução para viabilizar a retenção. [Planalto](#)

1.1.5 Vedações e justificativas (Tabela 3)

Tema	Diretriz	Base
<b>Consórcios</b>	<b>Vedados</b> – pessoalidade do patrocínio e vedação à substituição do(s) profissional(is) que justificaram a inexigibilidade	<a href="#">Planalto</a>
<b>Cooperativas</b>	<b>Vedadas</b> – mesma razão de pessoalidade técnica e responsabilidade profissional	<a href="#">Planalto</a>
<b>Substituição de profissionais</b>	<b>Vedada</b> – devem atuar os profissionais que fundamentaram a inexigibilidade	<a href="#">Planalto</a>

1.1.6 Anexos de instrução (Tabela 4)

Documento	Finalidade	Link oficial
Tema 1130 – STF (RE 1.293.453)	Comprovar a tese e a repercussão geral	<a href="#">Supremo Tribunal Federal</a>
CF/1988 (arts. 157, I, e 158, I)	Base constitucional da titularidade do IRRF	<a href="#">Planalto</a>
EOAB – Art. 22, §4º	Retenção/destaque de honorários	<a href="#">Planalto</a>
Lei 14.133/2021 – Art. 74	Inexigibilidade (serviços técnicos/notória especialização)	<a href="#">Planalto</a>
Lei 14.039/2020 – Art. 3º-A	Natureza técnica/singular do serviço advocatício	<a href="#">Planalto</a>
IN 40/2020 (ETP)	Conteúdo mínimo do ETP (se aplicável)	<a href="#">Serviços e Informações do Brasil</a>
IN 65/2021 (Pesquisa de Preços)	Procedimento e evidências (se aplicável)	<a href="#">Serviços e Informações do Brasil</a>
Decreto 10.947/2022	PGC/PCA	<a href="#">Planalto</a>
PNCP – Portal	Publicidade e rastreabilidade	<a href="#">Serviços e Informações do Brasil</a>

1.2\*Conformidade Tributária/Judicial (Aderência ao Tema 1130/STF)

1. **Tese STF (Tema 1130):** a titularidade do produto da arrecadação do IRRF retido na fonte sobre pagamentos efetuados por entes subnacionais pertence ao próprio ente pagador. [Supremo Tribunal Federal](#)
2. **Base constitucional:** arts. 157, I, e 158, I, da CF/1988. [Planalto](#)
3. **PGFN:** Parecer SEI 5744/2022 confirma a tese e registra **ausência de modulação**. [Serviços e Informações do Brasil](#)

Higienização aplicada: **seções 1.3 (Checklists de Controle) e 1.4 (Referências) foram removidas** conforme solicitado, preservando a numeração normativa e a redação oficial.

## 2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 Contexto e problema a resolver

A fixação da tese do **Tema 1130 (RE 1.293.453)** pelo Supremo Tribunal Federal consolidou que “pertence ao Município, aos Estados e ao Distrito Federal a titularidade das receitas arrecadadas a título de IRRF incidente sobre valores pagos por eles, suas autarquias e fundações a pessoas físicas ou jurídicas” — fundamento que abre a via para **recuperação de valores** destinados indevidamente à União. [Supremo Tribunal Federal](#)

Em sentido diverso, **orientações administrativas pretéritas** (notadamente a **Solução de Consulta COSIT 166/2015**) adotavam leitura **restritiva** da titularidade do IRRF; após o julgamento do STF, a **PGFN** uniformizou o entendimento e incluiu o Tema 1130 em dispensa de contestar/recorrer, destacando a **ausência de modulação** de efeitos. [Secretaria da Fazenda de Santa Catarina+1](#)

Observação: a **IN RFB 1.599/2015** trata de **DCTF** (obrigação acessória) e **não disciplina** a titularidade do produto do IRRF. [LexML](#)

2.2 Necessidade administrativa

O Município identifica **crédito a recuperar** referente ao IRRF, com **estimativa preliminar de R\$ 8.151.832,29**, valor sujeito a apuração em **liquidação/cumprimento de sentença**. A recuperação **incrementa receita própria** sem aumento de carga tributária, alinhada à repartição constitucional das receitas (**CF, arts. 157, I, e 158, I**) e à tese do STF (Tema 1130). [Planalto+1](#)

2.3 Insuficiência de meios internos

A **Procuradoria Municipal** apresenta elevado volume processual com quadro reduzido (2 procuradores e 3 assessores), inviabilizando dedicação técnica continuada exigida pelo contencioso tributário estratégico; a **SEPLAG**



não dispõe de advogados em seu quadro. A limitação de pessoal aumenta o **risco de perda de oportunidade** e de **danos financeiros** por condução insuficiente.

#### 2.4 Objetivo da contratação

Contratar **serviços advocatícios técnicos e especializados** para **propor, acompanhar e executar** a ação necessária à restituição do IRRF devido ao Município, incluindo medidas processuais e administrativas até o **ingresso efetivo das receitas**, em estrita conformidade com a **tese do STF (Tema 1130)**. Supremo Tribunal Federal

#### 2.5 Resultados esperados (indicativos)

- Resultado final:** reconhecimento judicial do direito e **ingresso financeiro** correspondente ao IRRF devido (principal + acréscimos).
- Ordem de grandeza:** referência estimativa de **R\$ 8.151.832,29** (ajustável em liquidação).
- Eficiência fiscal:** **recuperação de receitas sem aumento de tributos**, reforçando a sustentabilidade fiscal local.

Tabela 2.5 – Parâmetros indicativos

Parâmetro	Valor/Descrição	Observação
<b>Crédito estimado (R\$)</b>	8.151.832,29	Ajustável em liquidação
<b>Base jurídica</b>	CF, arts. 157, I, e 158, I; STF, Tema 1130	Repartição/teses consolidadas
<b>Natureza da receita</b>	IRRF retido na fonte	Receita própria do ente federado

Planalto+1

#### 2.6 Consequências do não atendimento

A ausência de **patrocínio especializado** pode resultar em **perda de valores expressivos** por inércia, decadência/prescrição ou condução inadequada, afetando a **capacidade de investimento** e a **qualidade dos serviços públicos**.

#### 2.7 Aderência normativa e procedimental

A demanda está **motivada** (DFD e peças correlatas) e **alinhada**:

- Lei 14.133/2021 (art. 74)** – inexigibilidade para serviços técnicos especializados com **notória especialização**;
- IN SEGES/ME 40/2020** – conteúdo mínimo/ETP; **IN SEGES/ME 65/2021** – parâmetros de **pesquisa de preços** (se aplicável);
- PNCP** – publicidade e **rastreabilidade** do processo (quando exigida);
- Tema 1130/STF** – base jurisprudencial para a recuperação;
- PGC/PCA (Dec. 10.947/2022)** – coerência com o planejamento quando cabível. Planalto+5 Planalto+5 Serviços e Informações do Brasil+5

#### 2.8 Premissas econômico-financeiras da solução

- Remuneração por êxito:** **15%** sobre o **benefício econômico efetivo**; **não há pagamento** sem êxito, reduzindo o comprometimento orçamentário imediato.
- Retenção/destaque de honorários contratuais:** fundamentar no **art. 22, §4º, da Lei 8.906/1994 (EOAB)**, com respaldo do **STJ (REsp 1.818.107/RJ)** quanto à possibilidade de retenção mediante **apresentação oportuna do contrato**. Planalto+1
- Nota técnica:** o **art. 22-A do EOAB** cuida de hipótese **específica** (dedução em **precatórios de complementação de fundos constitucionais**) e **não** é a base geral da cláusula de retenção por êxito aqui prevista. Planalto

### 3. ÁREA REQUISITANTE

#### 3.1 Identificação (Tabela 3.1)

Campo	Informação
<b>Órgão requisitante</b>	Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão Administrativa e Inovação Tecnológica – <b>SEPLAG/Crateús-CE</b> .
<b>Setor demandante</b>	<b>Setor de Compras (Coordenação)</b> da SEPLAG – responsável pela remessa do processo.
<b>Unidade responsável pela instrução (compras)</b>	<b>Setor de Licitações</b> da Prefeitura Municipal de Crateús (destinatário do ofício).
<b>Responsável pelo DFD</b>	<b>Brena Romeu Veras</b> – Responsável pelo Documento de Formalização da Demanda.

### 4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### 4.1 Escopo mínimo (objeto técnico)

- Propositura, acompanhamento e execução da ação judicial visando ao reconhecimento do direito municipal e à restituição do IRRF devido, com atuação até o trânsito em julgado e cumprimento de sentença (execução dos valores retroativos), em conformidade com a **tese do Tema 1130/STF**. Planalto
- Elaboração de todas as peças processuais e administrativas necessárias, incluídos memoriais, recursos e incidentes, até a satisfação do crédito.
- Atuação perante órgãos de controle, prestando esclarecimentos e apresentando defesas/recursos quando demandado.



d) Fornecimento do "**kit-prefeito**" (procuração e documentos correlatos) imediatamente após a ordem de serviço, para viabilizar o ingresso da ação.

#### 4.2 Entregáveis e padrões mínimos de qualidade (Tabela 4.2)

Entregável	Conteúdo mínimo	Prazo/Condição
Plano de Trabalho Inicial (PTI)	Estratégia jurídica; cronograma macro; matriz de riscos; marcos de acompanhamento.	Até <b>10 dias corridos</b> da ordem de serviço.
Relatório Processual Mensal (RPM)	Lista de peças protocoladas; andamentos oficiais (nº do processo/ID); intimações; próximos marcos; riscos e providências.	<b>Mensal.</b>
Relatório de Benefício Econômico (RBE)	Valores reconhecidos/recebidos; juros e atualização; memória de cálculo.	<b>Por etapa/marco.</b>
Atestação de qualidade	(i) <b>100%</b> dos prazos legais cumpridos; (ii) <b>zero preclusões</b> imputáveis à contratada; (iii) referências de protocolo e cópias das peças anexas ao RPM.	<b>Contínuo.</b>

#### 4.3 Níveis de serviço (SLA) e tempos de resposta (Tabela 4.3)

Serviço	Nível (SLA)
<b>Resposta a intimação</b>	<b>Até 2 dias úteis</b> da ciência (prevalece prazo legal menor, se houver).
<b>Atualização de andamentos relevantes ao Gestor</b>	<b>D+1 dia útil.</b>
<b>Reuniões de governança</b>	<b>Mensais (ordinárias)</b> e <b>ad hoc</b> quando houver risco crítico.
<b>• Esclarecimentos a órgãos de controle</b>	<b>Até 5 dias úteis</b> por demanda; defesa quando necessária.

#### 4.4 Equipe mínima e qualificação técnica

a) **Responsável técnico:** advogado(a) com OAB ativa e experiência comprovada em recuperação de créditos fazendários e em teses correlatas ao **Tema 1130/STF**, com **notória especialização**, nos termos do **art. 3º-A da Lei 14.039/2020** (EOAB). Planalto

b) **Equipe de apoio:** advogados(as) e analistas jurídicos com experiência em contencioso fazendário/execução. A contratada deverá indicar nominalmente o(a) responsável técnico na assinatura.

c) **Comprovação de capacidade:** atestados são suficientes; a Administração poderá realizar **diligências** para verificação de autenticidade.

#### 4.5 Metodologia e plano de execução

a) Diagnóstico probatório e memória de cálculo do crédito; b) ajuizamento; c) instrução e fase recursal; d) cumprimento de sentença/execução; e) recebimento e **retenção contratual dos honorários** (vide 4.7). O ajuste é **orientado a escopo e resultado** e se encerra com o trânsito em julgado e a execução integral.

#### 4.6 Governança e transparência

a) **Gestor/Fiscal** do contrato designado pelo Município; reuniões mensais com atas e plano de ação.

b) **Trilha de auditoria:** protocolos e comunicações registrados no processo administrativo.

c) **Publicidade no PNCP** dos atos exigidos pela Lei 14.133/2021, assegurando rastreabilidade. Serviços e Informações do Brasil

#### 4.7 Condições econômico-financeiras e forma de pagamento

a) **Remuneração exclusivamente por êxito:** **15%** sobre o benefício econômico efetivamente obtido; **não há pagamento sem êxito.**

b) **Retenção/destaque dos honorários contratuais:** fundamentar no **art. 22, §4º, do EOAB (Lei 8.906/1994)**, com respaldo do **STJ (REsp 1.818.107/RJ)** quanto à possibilidade de retenção mediante **apresentação oportuna do contrato. (Correção técnica):** o **art. 22-A do EOAB** trata de **hipótese específica** (precatórios de complementação de fundos constitucionais) e **não é a base geral para retenção por êxito** nesta contratação. Planalto+1

c) **Justificativa de preço:** comprovar **compatibilidade com o mercado** nos termos da **IN SEGES/ME 65/2021** e da orientação do **TCU Licitações & Contratos** – nas contratações diretas, quando **não for possível estimar** o valor na forma usual, admite-se justificar com **notas fiscais** ou **meio idôneo** de até **1 ano** anterior. Registrar a evidência no processo. Licitações e Contratos

#### 4.8 Conformidade, ética e proteção de dados

a) **Confidencialidade** e sigilo profissional; tratamento de dados pessoais conforme **LGPD, art. 48** (dever de comunicar incidentes à ANPD e aos titulares) e **Resolução CD/ANPD nº 15/2024 (Regulamento de Comunicação de Incidente de Segurança – RCIS)**. Prever fluxo de notificação e guarda segura de evidências. Planalto+1

b) **Integridade e prevenção a conflitos:** vedada atuação em casos colidentes com o interesse do Município; obrigação de comunicar impedimentos imediatamente.

#### 4.9 Sustentabilidade e acessibilidade

a) Priorizar **meios eletrônicos** (comunicações, audiências por videoconferência, protocolos digitais); impressões somente quando estritamente necessárias.



b) **Documentos acessíveis:** OCR, texto selecionável e **acessibilidade digital** segundo o **EMAG 3.1** (compatível com boas práticas nacionais de acessibilidade). **eMAG+1**

c) Planejamento de deslocamentos para reduzir emissões; descarte seguro de documentos sensíveis; reciclagem quando possível.

#### 4.10 Prazos de execução

**Prazo médio estimado: 5 anos**, prorrogável, considerando a natureza do contencioso tributário (até o trânsito em julgado e a execução integral).

#### 4.11 Vedações e salvaguardas

a) **Vedada a subcontratação do núcleo intelectual** e a atuação de profissionais distintos daqueles que justificaram a **inexigibilidade**, conforme **Lei 14.133/2021, art. 74, §4º**. **Tribunal de Contas de São Paulo**

b) Vedada a cessão do contrato e a captação indevida de clientela; assegurada a independência técnica.

c) **Responsabilidade profissional** da contratada por peças e prazos; falta injustificada que gere preclusão configura **inadimplemento material**.

#### 4.12 Critérios de aceitação dos serviços

a) **Aceitação técnica** pelo Gestor/Fiscais, condicionada a: (i) entrega tempestiva de peças e relatórios; (ii) **cumprimento integral dos SLAs**; (iii) aderência ao **escopo**, ao **sigilo** e à **LGPD/RCIS**. **Planalto+1**

b) **Medição por marcos:** ajuizamento; decisões favoráveis; liquidação; execuções parciais; recebimentos – com emissão do **RBE** a cada marco.

### 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

#### 5.1 Objetivo e escopo da prospecção

a) Identificar **parâmetros de mercado** e **boas práticas** para serviços advocatícios técnicos e predominantemente intelectuais (patrocínio para **recuperação do IRRF — Tema 1130/STF**). **Supremo Tribunal Federal**

b) Verificar a **razoabilidade** da proposta (**15% ad exitum**), com **retenção** de honorários **na forma do art. 22, §4º, do EOAB** (ajuste técnico em relação ao art. 22-A). **Supremo Tribunal Federal+1**

c) Confirmar a **indispensabilidade** dos requisitos que **limitam a competição** por natureza do objeto: **inexigibilidade** (Lei 14.133/2021, art. 74) e **notória especialização** (Lei 14.039/2020, art. 3º-A), com **vedação de subcontratação do núcleo intelectual** (§4º do art. 74). **Planalto+1**

#### 5.2 Fontes e métodos utilizados (Tabela 5.2)

Eixo	Fontes oficiais consultadas	Uso na prospecção
<b>Base legal da inexigibilidade</b>	<b>Lei 14.133/2021, art. 74</b> (Planalto); página temática <b>Compras.gov.br</b>	Fundamentar inviabilidade de competição e vedação de subcontratação do núcleo intelectual. <b>Planalto+1</b>
<b>Natureza do serviço advocatício</b>	<b>Lei 14.039/2020, art. 3º-A</b> (Planalto)	Reforçar singularidade técnica/notória especialização. <b>Planalto</b>
<b>Retenção de honorários contratuais</b>	<b>EOAB (Lei 8.906/1994), art. 22, §4º</b> (Planalto/STF – texto legal) + <b>STJ, REsp 1.818.107/RJ</b> (acórdão)	Amparar cláusula de retenção/destaque por êxito. <b>Planalto+2Supremo Tribunal Federal+2</b>
<b>Pesquisa de preços (método)</b>	<b>IN SEGES/ME 65/2021 + Ferramenta Pesquisa de Preços</b> ( <b>Compras.gov.br</b> )	Procedimento de pesquisa/mediana (quando aplicável) e trilha de evidências. <b>Serviços e Informações do Brasil+1</b>
<b>Tese de mérito tributário</b>	<b>STF — Tema 1130 (RE 1.293.453); PGFN — Parecer SEI 5744/2022; RFB — Jurisprudência Vinculante (Tema 1130, sem modulação)</b>	Comprovar base jurídica da recuperação do IRRF e segurança jurídica. <b>Supremo Tribunal Federal+2Serviços e Informações do Brasil+2</b>
<b>Jurisprudência/boas práticas de controle</b>	<b>Boletim de Jurisprudência do TCU 484/2024</b> (registro de entendimentos relevantes)	Trilhas de justificativa e parâmetros prudenciais. <b>Pesquisa TCU</b>
<b>Comparáveis no mercado público</b>	<b>PNCP (editais/contratos análogos com êxito)</b>	Benchmark de percentuais e arranjos contratuais ad exitum. <b>PNCP+2PNCP+2</b>

#### 5.3 Panorama do mercado e alternativas de solução

**Competitividade formal x natureza do objeto.** A contratação de **patrocínio judicial** para recuperar IRRF (Tema 1130) enquadra-se como **serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual**, com seleção orientada pela **notória especialização**, caracterizando **inexigibilidade** (art. 74). A legislação **exige execução direta** do núcleo intelectual por quem fundamenta a **inexigibilidade** (**vedada subcontratação**), o que **desincentiva terceirização/fragmentação** por fases. **Planalto+1**

**Modelo de remuneração.** Em amostras recentes do **PNCP**, observa-se **remuneração por êxito** em faixas até **20%** do benefício econômico, com previsões de pagamento **somente após** o resultado. O **15%** proposto situa-se **dentro** da prática observada. **PNCP+2PNCP+2**



#### 5.4 Consulta/diálogo com o mercado

Dada a **inexigibilidade** (art. 74), não se realizou audiência pública específica. O diálogo instituiu-se à **validação de premissas** (escopo por resultado, governança e sigilo/LGPD) e à **justificativa de preço**, com base em **IN 65/2021** (procedimento) e registros de **boas práticas** (TCU — boletins). Serviços e Informações do Brasil+1

#### 5.5 Requisitos que podem restringir a participação — análise de indispensabilidade (Tabela 5.5)

Requisito	Efeito concorrencial	Indispensabilidade técnica	Fundamento
Notória especialização em <b>Tema 1130/contencioso fazendário</b>	Restringe a fornecedores com expertise comprovada	Essencial à qualidade do patrocínio e à efetividade do resultado	<b>Lei 14.039/2020, art. 3º-A.</b> <u>Planalto</u>
Execução direta do núcleo intelectual ( <b>vedação de subcontratação</b> )	Evita terceirização/rodízio	Obrigatória; preserva unidade de direção técnica e responsabilidade	<b>Lei 14.133/2021, art. 74, §4º.</b> <u>Planalto</u>
Confidencialidade/LGPD e <b>controles de acesso</b>	Pode elevar barreiras operacionais	Indispensável à proteção de dados/documentos sensíveis	<b>LGPD, art. 48; ANPD Res. 15/2024 (RCIS).</b> <u>Serviços e Informações do Brasil</u>
Governança com órgãos de controle ( <b>esclarecimentos/defesas</b> )	Exige capacidade de reporte	Indissociável do dever de transparência e controle	<b>Lei 14.133/2021</b> (princípios e publicidade/PNCP). <u>Serviços e Informações do Brasil</u>

#### 5.6 Resultado do levantamento (síntese para decisão)

##### 5.6.1 Benchmark de mercado — amostras PNCP (Tabela 5.6-A)

Órgão/Processo (PNCP)	Modelo	Parâmetro observado	Evidência (link)
<b>Município (2025)</b>	<b>Credenciamento/contrato ad exitum</b>	<b>20%</b> sobre o benefício econômico	<u>PNCP</u>
<b>Município (2025)</b>	<b>Contrato: pagamento apenas após o êxito</b>	Percentual não explícito (condição de êxito)	<u>PNCP</u>
<b>Município (2025)</b>	<b>Contrato: R\$ 0,20 por R\$ 1,00 recuperado (equivalente a 20%)</b>	Percentual equivalente	<u>PNCP</u>

Observação: a diversidade de arranjos confirma a **validade do ad exitum** na esfera pública; **15%** mostra-se **compatível** com práticas correntes.

##### 5.6.2 Parâmetros de conformidade e preço (Tabela 5.6-B)

Item	Diretriz	Base
Inexigibilidade	Serviços técnicos/intelectuais com <b>notória especialização</b> ; <b>vedada</b> a subcontratação do núcleo intelectual	<b>Lei 14.133/2021, art. 74 e §4º; Lei 14.039/2020, art. 3º-A.</b> <u>Planalto+1</u>
Justificativa de preço	Quando não for possível estimar previamente, <b>comprovar compatibilidade</b> com o mercado (evidências idôneas, p. ex. contratos/atos similares, PNCP)	<b>Lei 14.133/2021, art. 74; IN 65/2021.</b> <u>Planalto+1</u>
Retenção por êxito	<b>Art. 22, §4º, EOAB + REsp 1.818.107/RJ (STJ)</b> — destaque com <b>apresentação oportuna do contrato</b>	Texto legal (Planalto/STF) e acórdão STJ. <u>Supremo Tribunal Federal+1</u>
Trilha de boas práticas	<b>Boletim de Jurisprudência TCU 484/2024</b> (temas relevantes para L&C no período)	Referência para reforçar a motivação e prudência administrativa

##### 5.6.3 Conclusão técnica (síntese)

i) **Preço/condições** da proposta (**15% ad exitum**, com **retenção** nos termos do **art. 22, §4º**) **aderem** às práticas observadas e estão **juridicamente amparados** (EOAB + STJ). Supremo Tribunal Federal+1

ii) **Modelo por escopo** (até trânsito + execução), **governança** e **sigilo/LGPD convergem** com as referências normativas. Serviços e Informações do Brasil+1

iii) A **quantidade de potenciais fornecedores** é naturalmente restrita por **especialização** e pela **vedação** de subcontratar o núcleo intelectual; a **inexigibilidade (art. 74)** permanece a via **adequada**. Planalto+1



## 6 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

### 6.1 Solução adotada

**Contratação direta, por inexigibilidade**, de serviços advocatícios técnicos e especializados para recuperar receitas de IRRF com base na tese do **Tema 1130/STF**, em **contrato por escopo** — atuação até o **trânsito em julgado** e o **cumprimento de sentença** (execução dos valores retroativos). Fundamentação: **Lei 14.133/2021, art. 74** (inexigibilidade) e **Lei 14.039/2020, art. 3º-A** (natureza técnica e singular dos serviços de advocacia). Em contratos por escopo, a **vigência é automaticamente prorrogada** quando o objeto não é concluído no prazo inicial, até a entrega do resultado, sem prejuízo das sanções cabíveis. [licitacoesecontratos.tcu.gov.br+3Planalto+3Planalto+3](http://licitacoesecontratos.tcu.gov.br+3Planalto+3Planalto+3)

### 6.2 Componentes da solução e abrangência

- a) **Jurídico-processual**: propositura, acompanhamento e execução da demanda; fornecimento do **“kit-prefeito”** (procuração e documentos) após a ordem de serviço, para viabilizar o ingresso da ação, conforme a tese do **Tema 1130/STF**. [Supremo Tribunal Federal](http://Supremo Tribunal Federal)
- b) **Gestão e governança**: atendimento a órgãos de controle (esclarecimentos, defesas e recursos) e reporte regular ao gestor do contrato; observância às orientações do **TCU** para contratações (manual oficial). [licitacoesecontratos.tcu.gov.br](http://licitacoesecontratos.tcu.gov.br)

c) **Proteção de dados e sigilo**: confidencialidade sobre informações e documentos; cumprimento da **LGPD (art. 48)** e do **Regulamento de Comunicação de Incidente de Segurança – RCIS (Res. CD/ANPD 15/2024)**. [Planalto+1](http://Planalto+1)

### 6.3 Manutenção e assistência técnica (contexto jurídico)

- a) **Monitoramento contínuo** de prazos/andamentos até a satisfação do crédito (inclui fase recursal e execução), com governança contratual conforme boas práticas do **Manual TCU**. [licitacoesecontratos.tcu.gov.br](http://licitacoesecontratos.tcu.gov.br)
- b) **Atualização jurisprudencial** e apoio a órgãos de controle sempre que demandado (registro e publicidade dos atos exigidos via **PNCP**). [licitacoesecontratos.tcu.gov.br](http://licitacoesecontratos.tcu.gov.br)
- c) **Integração contábil** (memória de cálculo, rito, custas e riscos de sucumbência), preservando trilha de auditoria no processo administrativo. [licitacoesecontratos.tcu.gov.br](http://licitacoesecontratos.tcu.gov.br)

### 6.4 Justificativa técnica da escolha

- a) **Inviabilidade de competição** para serviço técnico e predominantemente intelectual, com **notória especialização** — **inexigibilidade** (Lei 14.133/2021, art. 74) e reconhecimento legal da natureza técnica e singular do serviço de advocacia (Lei 14.039/2020, art. 3º-A). [Planalto+1](http://Planalto+1)
- b) **Aderência ao objeto**: recuperação do **IRRF de titularidade municipal** segundo a tese do **Tema 1130/STF**. [Supremo Tribunal Federal](http://Supremo Tribunal Federal)

c) **Contrato por escopo**: orientado ao resultado (entrega do crédito), com **prorrogação automática** da vigência até a conclusão do objeto, se necessário. [licitacoesecontratos.tcu.gov.br](http://licitacoesecontratos.tcu.gov.br)

### 6.5 Justificativa econômica da escolha

- a) **Remuneração exclusivamente por êxito (15%)**, com **retenção/destaque** dos honorários nos termos do **art. 22, §4º, do EOAB (Lei 8.906/1994)** e respaldo do **STJ (REsp 1.818.107/RJ)** quanto à possibilidade de retenção mediante **apresentação oportuna do contrato**. (Atenção: o **art. 22-A** não é a base geral para essa retenção.) [Planalto+1](http://Planalto+1)

### b) Custas e despesas processuais:

- **Justiça Federal** – isentas de custas para União, Estados, Municípios, DF, autarquias e fundações (Lei 3.289/1996, art. 4º, I); emolumentos cartorários não se confundem com custas e **não há isenção automática**, prevalecendo o **diferimento/reembolso** ao final conforme jurisprudência. [Planalto+1](http://Planalto+1)
- **Justiça Estadual** – taxa judiciária e custas seguem **lei estadual** aplicável; há entes federados com isenções legais para Municípios (avaliar norma do foro competente). [Assembleia Legislativa de São Paulo](http://Assembleia Legislativa de São Paulo)

c) **Razoabilidade do preço (15%)**: compatível com a prática **ad exitum** observável em contratações publicadas no **PNCP**; a Administração registra **justificativa de preço e evidências** (atos análogos, contratos e/ou séries) conforme **IN SEGES/ME 65/2021** e publicidade no **PNCP**. [PNCP+1](http://PNCP+1)

### 6.6 Modelo de pagamento e medição

#### 6.6.1 Forma de pagamento

Pagamento **por resultado**, mediante **desconto/retenção contratual** dos honorários de êxito no **ingresso efetivo dos valores** (conta do ente), conforme **art. 22, §4º, do EOAB** e **REsp 1.818.107/RJ**. [Planalto+1](http://Planalto+1)

#### 6.6.2 Marcos de medição (Tabela 6.6-A)

Marco	Evidência mínima	Documento de medição
<b>Ajuizamento</b>	Protocolo da inicial	RPM + cópia da peça
<b>Decisões favoráveis</b>	Publicação/ID do ato	RPM + peça/decisão
<b>Liquidação</b>	Memória de cálculo	RBE + planilha
<b>Execuções parciais</b>	Despachos/IDs de cumprimento	RPM + comprovantes
<b>Recebimentos</b>	Ingresso em conta do ente	RBE + extrato/ordem

(Referenciais de governança e registros conforme **Manual TCU** e publicidade exigida pelo **art. 174, Lei 14.133/2021**, via **PNCP**.) [licitacoesecontratos.tcu.gov.br+1](http://licitacoesecontratos.tcu.gov.br+1)



#### 6.7 Cronograma macro (estimativo)

**Prazo médio: 5 anos**, prorrogável, dada a natureza do contrato por escopo e a necessidade de atuar até a execução integral; **prorrogação automática** da vigência quando o objeto não estiver concluído no prazo pactuado.

[licitacoescontratos.tcu.gov.br](http://licitacoescontratos.tcu.gov.br)

#### 6.8 Procedimentos operacionais e suporte

a) **Tramitação excepcional fora do M2A** (limitação do sistema para contrato por êxito), com **instrução manual** e registros formais; manter **publicidade** dos atos obrigatórios no **PNCP**. **PNCP**

b) **Validade da proposta e disponibilidade para esclarecimentos** documentadas nos autos; observância da **LGPD (art. 48)** e do **RCIS (Res. 15/2024/ANPD)** quanto a fluxo de notificação de incidentes. **Planalto+1**

### 7 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

#### 7.1 Premissas de dimensionamento (fatos e evidências)

a) O objeto consiste em **ação judicial principal para restituição do IRRF** de titularidade municipal, com base na **tese do Tema 1130 (RE 1.293.453)** do STF. **Supremo Tribunal Federal**

b) A solução adota **contrato por escopo**, com atuação **até o trânsito em julgado e o cumprimento de sentença** (execução dos valores), demandando acompanhamento continuado e produção reiterada de peças e relatórios. (ETP deve evidenciar premissas e critérios de dimensionamento.) **Serviços e Informações do Brasil**

c) A proposta inclui **atendimento a órgãos de controle e suporte documental**, ampliando entregas além das peças judiciais (boas práticas de governança e publicidade dos atos). [licitacoescontratos.tcu.gov.br](http://licitacoescontratos.tcu.gov.br)

d) **Prazo médio estimado: 5 anos (60 meses)**, adotado para projetar relatórios mensais e rotinas de governança. (Estimativas no ETP devem ser motivadas e lastreadas em fatos.) **Serviços e Informações do Brasil**

e) Entrega do **"kit-prefeito"** (procuração e documentos) na largada, habilitando o ajuizamento, coerente com a **tese do Tema 1130**. **Supremo Tribunal Federal**

f) Cenário jurídico consolidado: **PGFN** alinhou a atuação ao Tema 1130 (**Parecer SEI 5744/2022**) e a **RFB** registra a **ausência de modulação** dos efeitos — reforçando segurança jurídica para execução do escopo. **Serviços e Informações do Brasil+1**

#### 7.2 Quadro de quantidades estimadas (marcos e produtos do escopo)

#	Item/Entregável	Unidade	Quantidade estimada	Memória de cálculo (premissas)	Evidência no processo
1	Ação judicial principal (ajuizamento)	processo	1	Objeto singular (Tema 1130/STF)	Protocolo da inicial + ID do processo. <b>Supremo Tribunal Federal</b>
2	Cumprimento de sentença/execução	processo	1	Desdobramento até o recebimento	Atos de cumprimento + comprovantes de ingresso.
3	"Kit-prefeito" (procuração e docs)	conjunto	1	Entrega única na iniciação	Procuração e documentos anexos.
4	Relatório Processual Mensal (RPM)	relatório	60	60 meses × 1/mês	1 RPM/mês com IDs oficiais e peças anexas.
5	Reuniões de governança (ordinárias)	reunião	60	60 meses × 1/mês	Atas + planos de ação. <a href="http://licitacoescontratos.tcu.gov.br">licitacoescontratos.tcu.gov.br</a>
6	Atendimentos a órgãos de controle (defesas/infos)	evento	6	Estimativa conservadora: 1/semestre	Protocolos/IDs e peças correspondentes.
7	Relatório de Benefício Econômico (RBE)	relatório	6	1 por ingresso/execução parcial previsto	RBE + memória de cálculo.
8*	Memória de cálculo do crédito (versões)	conjunto	4	1 versão inicial + até 3 revisões	Planilhas e notas técnicas.
9	Peças recursais estratégicas (AI/Apeação/REsp/RE)	peça	8	Até 2 por instância relevante (TJ/Trib. Super.)	Protocolos/IDs e peças anexas.
10	Sustentações orais (TJ/Tribunal Superior)	ato	2	1 no TJ + 1 em Tribunal Superior (se houver)	Agendamentos/atas.
11	Petições intercorrentes relevantes	peça	20	Estimativa por prazos/incidentais em 5 anos	Protocolos/IDs correspondentes.



Observação técnica: Itens 9–11 são parâmetros **conservadores** para cobertura de todo o processo completo; quantitativos finais dependem do rito e dos desdobramentos judiciais (ajustáveis conforme §7.5). Serviços e Informações do Brasil

### 7.3 Interdependências e economia de escala

- a) Não há aquisição de bens ou serviços acessórios com ganhos de escala relevantes; o esforço é **predominantemente intelectual e vinculado ao resultado** (contrato por escopo). [licitacoescontratos.tcu.gov.br](http://licitacoescontratos.tcu.gov.br)  
b) **Integração operacional** com contabilidade/finanças para alimentação de dados e validação de **memórias de cálculo, sem contratação paralela**. [licitacoescontratos.tcu.gov.br](http://licitacoescontratos.tcu.gov.br)

### 7.4 Memórias de cálculo — resumo

- **RPM (60)** = 5 anos × 12 meses/ano.
- **Reuniões (60)** = 1/mês × 60 meses.
- **RBE (6)** = estimativa de 6 ingressos/execuções parciais ao longo do cumprimento de sentença.
- **Peças recursais (8) e intercorrentes (20)** = parâmetros de cobertura para ritos ordinários com instâncias superiores, considerando 5 anos. (Estimativas motivadas no ETP, conforme IN 40/2020.) Serviços e Informações do Brasil

### 7.5 Ajustes e gatilhos de revisão

A Administração **revisará os quantitativos** quando ocorrer: (i) alteração de rito ou ampliação de litisconsórcio; (ii) determinação judicial que modifique o escopo; (iii) eventos extraordinários que aumentem/diminuam o número de atos relevantes. **As revisões não alteram a forma de remuneração** (contrato ad exitum), apenas a **previsão de entregas e o planejamento de governança**, mantendo-se a motivação no ETP/peças de acompanhamento. Serviços e Informações do Brasil

## 8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

### 8.1 Parâmetros e fontes da estimativa

- a) **Modelo de precificação.** Honorários exclusivamente por êxito, no percentual de **15%** sobre o benefício econômico efetivamente obtido pelo Município, com **retenção/destaque** nos termos do **art. 22, §4º, do EOAB (Lei 8.906/1994)**; o **STJ (REsp 1.818.107/RJ)** admite o destaque mediante apresentação oportuna do contrato. Planalto+1  
• Nota técnica de higienização: o **art. 22-A** (incluído pela **Lei 14.365/2022**) autoriza dedução **específica** de honorários sobre **juros de mora em precatórios de complementação de fundos constitucionais**; não é a base geral para retenção por êxito nesta contratação. Planalto+1  
b) **Estimativa do benefício econômico (referência): R\$ 8.151.832,29** (sujeito a confirmação em liquidação/cumprimento de sentença).  
c) **Custas/despesas judiciais:**  
• **Justiça Federal:** Municípios são **isentos de custas** (Lei 9.289/1996, art. 4º, I). Planalto  
• **Justiça Estadual:** segue **lei estadual** aplicável (ver norma local do foro).  
d) **Razoabilidade do preço:** justificativa ancorada em **jurisprudência e orientações do TCU** e em **amostras do PNCP** que utilizam **ad exitum** até 20%; o 15% proposto situa-se **dentro** da prática observada. [licitacoescontratos.tcu.gov.br+2PNCP+2](http://licitacoescontratos.tcu.gov.br+2PNCP+2)

e) **Dotação orçamentária (quando devida, à medida do êxito):** Projeto/Atividade pertinente; **Elemento 3.3.90.39.00 — Outros Serviços de Terceiros – PJ.**

### 8.2 Preço unitário referencial (PUr) e fórmula

**PUr: R\$ 0,15 por R\$ 1,00** efetivamente recuperado em favor do Município.

**Fórmula:** Honorários de êxito (R\$) = **0,15 × (benefício econômico ingressado em favor do Município).**

### 8.3 Memória de cálculo — cenário de referência (100%)

- **Benefício estimado (referência): R\$ 8.151.832,29.**
- **Honorários estimados = 0,15 × 8.151.832,29 = R\$ 1.222.774,84.**

### 8.4 Análise de sensibilidade (variação do benefício apurado)

Cenário	Benefício apurado (R\$)	Honorários estimados (R\$)
<b>Pessimista (70%)</b>	5.706.282,60	855.942,39
<b>Moderado (85%)</b>	6.929.057,45	1.039.358,62
<b>Referência (100%)</b>	8.151.832,29	1.222.774,84
<b>Otimista (115%)</b>	9.374.607,13	1.406.191,07

Observação: são **estimativas proporcionais** ao resultado efetivo; não constituem preço fixo. Contrato **por escopo e por êxito**.

### 8.5 Regras de pagamento e incidências (resumo para orçamento)

- a) **Pagamento somente com êxito**, por **retenção/destaque** no ingresso dos valores (art. 22, §4º, EOAB; REsp 1.818.107/RJ). Planalto+1  
b) **Custas:** isenção para o Município na **Justiça Federal** (Lei 9.289/1996, art. 4º, I); na **Justiça Estadual**, observar a lei local. Planalto  
c) **Justificativa de preço:** registrar **compatibilidade** com o mercado, com base em **orientações do TCU**







(contratação direta e pesquisa de preços) e **amostras PNCP** (percentuais até 20% para ad exitum).  
[licitacoescontratos.tcu.gov.br+2PNCP+2](http://licitacoescontratos.tcu.gov.br+2PNCP+2)

8.6 Documentos de suporte (anexos/processo)

- **Proposta comercial** (percentual, forma de retenção, condições).
- **Estimativa do benefício** a recuperar (memória de cálculo).
- **STJ — REsp 1.818.107/RJ** (destaque de honorários contratuais). [STJ](#)
- **EOAB — art. 22, §4º e Lei 14.365/2022 — art. 22-A** (escopo específico). [Planalto+1](#)
- **TCU — Licitações & Contratos** (contratação direta/pesquisa de preços) e amostras PNCP. [licitacoescontratos.tcu.gov.br+2PNCP+2](http://licitacoescontratos.tcu.gov.br+2PNCP+2)

8.7 Conclusão da estimativa

Para planejamento, adota-se como **estimativa de referência R\$ 1.222.774,84 (15% sobre R\$ 8.151.832,29)**. A despesa ocorrerá **apenas na medida do êxito**, por **retenção/destaque**, e **poderá variar** conforme o benefício efetivamente apurado em liquidação e no cumprimento de sentença. A base legal e jurisprudencial (EOAB art. 22, §4º; REsp 1.818.107/RJ), a **isenção de custas** na Justiça Federal (Lei 9.289/1996) e as **referências oficiais** (TCU/PNCP) conferem **razoabilidade e segurança** à estimativa. [PNCP+4Planalto+4STJ+4](#)

## 9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1 Regra geral e contexto do objeto

A Administração deve **admitir parcelamento** quando técnica e economicamente viável, **sem prejuízo ao conjunto/complexo e sem perda de economia de escala**, conforme a **Súmula 247/TCU** (adjudicação por item em objetos divisíveis). Para o presente caso — **patrocínio de causa judicial para recuperação de IRRF (Tema 1130/STF)** — trata-se de **serviço técnico e predominantemente intelectual**, amparado em **inexigibilidade** pela **notória especialização** (Lei 14.133/2021, art. 74, III; Lei 14.039/2020, art. 3º-A). Além disso, a Lei 14.133 **veda a subcontratação do núcleo intelectual** e a atuação de profissionais distintos dos que justificaram a **inexigibilidade** (§4º do art. 74), reforçando a necessidade de **unidade de direção técnica**.

[licitacoescontratos.tcu.gov.br+3Pesquisa TCU+3Planalto+3](http://licitacoescontratos.tcu.gov.br+3Pesquisa TCU+3Planalto+3)

9.2 Alternativas de parcelamento analisadas e razões da inviabilidade

Tabela 9.2 — Avaliação de alternativas de parcelamento

Alternativa	Motivo da inviabilidade	Fundamento
a) Por fases processuais (ajuizamento, instrução, recursos, cumprimento)	Fragmenta a <b>estratégia jurídica</b> , dispersa responsabilidade, aumenta risco de <b>perda de prazos</b> e reduz vantajosidade do resultado; o <b>contrato por escopo</b> exige atuação contínua até o trânsito e a execução.	Diretriz de parcelamento do TCU exige preservar conjunto/escala; em serviços intelectuais a segmentação prejudica resultado. <a href="http://licitacoescontratos.tcu.gov.br+1">licitacoescontratos.tcu.gov.br+1</a>
b) Por "entregáveis" administrativos (relatórios, atendimento a órgãos de controle)	São <b>meios de governança intrínsecos</b> ao patrocínio; não configuram objeto autônomo para contratação separada.	Manual/guia TCU sobre planejamento do objeto e governança; publicidade e controle seguem a Lei 14.133. <a href="http://licitacoescontratos.tcu.gov.br">licitacoescontratos.tcu.gov.br</a>
c) Por competências distintas (consultivo × contencioso)	O <b>núcleo é personalíssimo</b> (patrocínio de causa). Dividir entre bancas distintas <b>quebra a unidade de direção técnica</b> e eleva risco de <b>teses contraditórias</b> . Há <b>vedação legal</b> de substituir o(s) profissional(is) que fundamentaram a <b>inexigibilidade</b> .	Lei 14.133/2021, <b>art. 74, §4º</b> (vedação de subcontratar/ substituir o núcleo intelectual); natureza singular do serviço (Lei 14.039/2020, <b>art. 3º-A</b> ). <a href="#">Planalto+1</a>

9.3 Economia de escala e vantajosidade

A **remuneração exclusivamente por êxito (15%)** é proporcional ao **benefício econômico** e independe do fracionamento contratual. **Multiplicar contratos/fornecedores** elevaria **custos de coordenação**, criaria **sobreposição de tarefas** e potenciais **disputas sobre a atribuição do resultado**, corroendo a **economia de escala** e a previsibilidade — exatamente o risco que a **Súmula 247/TCU** orienta evitar quando o objeto não é divisível **sem prejuízo ao conjunto**. [Pesquisa TCU](#)

9.4 Conclusão técnica

Dada (i) a **natureza singular e intelectual** do objeto, (ii) o **caráter contínuo** do patrocínio **até a execução dos valores**, e (iii) a **exigência legal de unidade estratégica** sob responsável técnico de **notória especialização** — com **vedação de subcontratar/substituir** o núcleo intelectual — o **parcelamento não é técnica nem economicamente viável**. Recomenda-se **escopo único por inexigibilidade** (Lei 14.133/2021, art. 74, III), observando-se as **boas práticas de planejamento/parcelamento** preconizadas pelo TCU: somente parcelar quando





não houver prejuízo ao conjunto/escala e quando agregar vantajosidade. Pesquisa TCU+3Planalto+3licitacoescontratos.tcu.gov.br+3

9.5 Medidas de mitigação e transparência (caso não parcelado)

- **Relatórios periódicos (RPM) e atendimento a órgãos de controle** integrados ao escopo;
- **Reuniões de governança** com atas e **trilha de auditoria**;
- **Medição por marcos** (ajuizamento, decisões, liquidação, execuções e recebimentos), assegurando **publicidade** exigida na Lei 14.133/2021 e nos guias do TCU. [licitacoescontratos.tcu.gov.br](http://licitacoescontratos.tcu.gov.br)

## 10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

### 10.1 Panorama geral

Não há contratações obrigatórias que condicionem ou dependam desta contratação. O objeto é **predominantemente intelectual** (patrocínio de causa — **Tema 1130/STF**) e será executado **por escopo** até o trânsito em julgado e o cumprimento de sentença, sem aquisição de bens, softwares ou serviços acessórios. A natureza **técnica e singular** do serviço de advocacia, com **inexigibilidade por notória especialização**, está amparada no **art. 74** da Lei nº 14.133/2021 e no **art. 3º-A** da Lei nº 14.039/2020; a unidade de direção técnica é reforçada pela **vedação à subcontratação/substituição do núcleo intelectual** (§4º do art. 74). [Planalto+1](#)

### 10.2 Relações internas (não contratuais) — Tabela 10.2

Unidade interna	Escopo da cooperação	Observações
Procuradoria/assessorias internas	Troca de informações, emissão de <b>procurações</b> e envio de documentos	Sem contratação adicional
Contabilidade/Finanças	Apoio em <b>memórias de cálculo</b> e conciliações de receitas	Sem contratação adicional
Compras/Transparência	<b>Registros processuais e publicações no PNCP</b>	Publicidade obrigatória conforme <b>art. 174, Lei 14.133</b> (Portal PNCP) <a href="#">Serviços e Informações do Brasil</a>

### 10.3 Itens correlatos cobertos no escopo (sem nova contratação) — Tabela 10.3

Item	Cobertura pelo contrato principal	Base/nota
<b>Relatórios e governança (reuniões, atas, trilha de auditoria)</b>	Integrados aos <b>entregáveis e SLAs</b> do contrato	Boas práticas de planejamento e controle
<b>Atendimento a órgãos de controle (esclarecimentos/defesas/recursos)</b>	<b>Incluso</b> no escopo jurídico-processual	Compatível com a natureza do patrocínio
<b>Peças judiciais/administrativas e acompanhamento integral</b>	<b>Incluso</b> até o cumprimento de sentença	Contrato <b>por escopo</b> até a execução
<b>Custas/despesas ordinárias</b>	<b>Não reembolsáveis</b> (modelo por êxito)	Na <b>Justiça Federal</b> , Municípios <b>isentos de custas</b> (Lei 9.289/1996, art. 4º, I); na <b>Justiça Estadual</b> , observar lei local. <a href="#">Planalto</a>

### 10.4 Eventuais necessidades extraordinárias (não previstas como contratação futura)

Se houver **determinação judicial incomum** (p. ex., perícia específica não dispensada ao ente público), a contratada **peticionará** pelos benefícios/isenções cabíveis e **submeterá** o caso ao Gestor do Contrato. Tais hipóteses são **excepcionais e não** configuram contratação correlata planejada.

### 10.5 Justificativa de inexistência de interdependência contratual

- Unidade estratégica do patrocínio judicial** desaconselha fracionamento entre fornecedores, dado o caráter **personalíssimo e intelectual** da atividade. [Planalto](#)
- Economia de escala** preservada no **escopo único** e na **remuneração por êxito (15%)**, evitando sobreposição de custos e disputas de atribuição de resultado; a **Lei 14.133/2021 veda** a subcontratação/substituição do núcleo intelectual, o que inviabiliza arranjos paralelos. [Planalto](#)
- Governança e medição por marcos** asseguram controle e transparência **sem** necessidade de contratos satélites; **publicações no PNCP** garantem rastreabilidade (art. 174, Lei 14.133). [Serviços e Informações do Brasil](#)

### 10.6 Conclusão

No estágio atual, **não há contratações correlatas ou interdependentes planejadas**. As rotinas de apoio necessárias serão supridas por **unidades internas** e pelo **escopo integral** da contratada, sem prejuízo de **avaliação pontual** de situações **excepcionais** impostas pelo juízo. O enquadramento jurídico do objeto (Tema 1130/STF) e o regime **por inexigibilidade** sustentam a **execução centralizada** sob um responsável técnico de **notória especialização**. [portal.stf.jus.br+1](http://portal.stf.jus.br+1)



## 11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

### 11.1 Vinculação aos instrumentos de planejamento

- a) **PPA (Plano Plurianual)**. Contribui para metas de **equilíbrio fiscal e incremento de receitas próprias/transferências** por meio da recuperação do IRRF de titularidade municipal (Tema 1130/STF). O PPA é o instrumento de médio prazo que orienta diretrizes, objetivos e metas governamentais, com vigência quadrienal. Serviços e Informações do Brasil+1
- b) **LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias)**. Aderência às diretrizes de **responsabilidade fiscal** (Lei Complementar nº 101/2000) e de prioridade a medidas de **aumento de receita sem majoração de alíquotas**, compatibilizando metas e riscos fiscais previstos na LDO (fundamento constitucional do sistema PPA-LDO-LOA). Portal da Câmara dos Deputados
- c) **LOA (Lei Orçamentária Anual)**. A despesa com honorários ocorrerá **somente com o êxito**, por **retenção/destaque** sobre valores efetivamente ingressados, preservando o orçamento corrente; o registro orçamentário será feito no elemento **"Outros Serviços de Terceiros – PJ"** (codificação conforme normativo contábil vigente do ente). Portal da Câmara dos Deputados

### 11.2 Plano Anual de Contratações (PAC/PCA)

- a) **Situação**. A contratação não constava originalmente do **PCA/PAC** do exercício (evento superveniente e oportuno: consolidação da tese do Tema 1130 e identificação do passivo/ativo do IRRF; contratação **ad exitum**, sem desembolso antecipado). O **PCA** é regulado pelo **Decreto nº 10.947/2022** e registrado no **PGC**. Planalto
- b) **Justificativa da ausência de previsão**. Serviço **intelectual e singular** (inexigibilidade por notória especialização); a oneração se dá **apenas com resultado**, o que inviabiliza estimativa típica de consumo no início do exercício. O TCU orienta que o **PCA contenha todas as contratações** (inclusive diretas, arts. 74 e 75 da Lei 14.133/2021), ressalvadas informações sigilosas — logo, cabe **inclusão extemporânea** motivada. licitacoescontratos.tcu.gov.br+1
- c) **Providência**. Incluir **extemporaneamente** no **PCA/PAC** do exercício, com motivação e parâmetros (escopo por resultado, êxito, governança) no **PGC**, conforme diretrizes oficiais do Compras.gov.br. Serviços e Informações do Brasil

### 11.3 Coerência com o planejamento setorial (SEPLAG/Procuradoria/Finanças)

- a) Integra agenda de **recuperação de créditos e eficiência arrecadatória**, com governança e **métricas de benefício econômico** (relatórios/memórias de cálculo) alinhadas ao planejamento setorial.
- b) **Interdependência interna** prevista (Contabilidade/Finanças) sem novas contratações: insumos de dados e validações nas fases de **liquidação e cumprimento de sentença**, mantendo trilha de auditoria e registros administrativos.

### 11.4 Alocação orçamentária e registro

- a) **Elemento da despesa**. **"Outros Serviços de Terceiros – PJ"** (código conforme tabela oficial vigente do ente; classificador padronizado no âmbito federal por MTO/MCASP). www1.siof.planejamento.gov.br
- b) **Registro e transparência**. Publicação **obrigatória** no **PNCP** dos atos exigidos pela Lei 14.133/2021 (reconhecimento, inexigibilidade, contrato, execuções e demais eventos), garantindo **rastreabilidade** do processo. Serviços e Informações do Brasil+1

### 11.5 Riscos de desalinhamento e mitigação

- a) **Risco**: ausência de previsão formal no **PCA/PAC** na instrução. **Mitigação**: realizar **inclusão extemporânea** no **PGC** com **motivação técnica**, evidenciando o **modelo por êxito** e o impacto positivo no equilíbrio fiscal. Planalto+1
- b) **Risco**: incompatibilidade de **dotação** no momento do ingresso dos valores/honorários. **Mitigação**: coordenação com Contabilidade para **ajustes intraorçamentários** e previsão do elemento de despesa **na medida do resultado** (execução orçamentária condicionada ao êxito).

### 11.6 Conclusão

A contratação **alinha-se** ao **PPA/LDO/LOA** (incrementa receita sem ampliar carga tributária) e, **ainda que não prevista originalmente no PCA/PAC, pode e deve ser incluída extemporaneamente** no **PGC/PCA**, com a devida **motivação e publicidade** no **PNCP**, preservando a **coerência do planejamento** e a **transparência do gasto público** sob a égide da **Lei 14.133/2021**. Planalto+2 Serviços e Informações do Brasil+2

## 12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

### 12.1 Ganhos diretos (efetividade e economicidade)

- a) **Ingresso financeiro**: recuperação de receitas de **IRRF de titularidade municipal**, conforme **Tema 1130 (RE 1.293.453)** do STF, com fundamento nos **arts. 157, I, e 158, I, da Constituição**. Supremo Tribunal Federal+1
- b) **Ordem de grandeza (referência)**: **R\$ 8.151.832,29**, sujeito a confirmação em liquidação/cumprimento de sentença (benefício econômico efetivo).
- c) **Modelo sem desembolso antecipado**: remuneração **exclusivamente por êxito** (honorários contratuais), com **destaque/retenção** no pagamento ao credor **nos termos do art. 22, §4º, da Lei 8.906/1994 (EOAB)** e jurisprudência do **STJ (REsp 1.818.107/RJ)**. Planalto+1
- d) **Custas**: na **Justiça Federal**, **Municípios são isentos** (Lei 9.289/1996, art. 4º, I); na **Justiça Estadual**, observam-se as leis locais do foro. Planalto



e) **Preço em faixa de mercado:** percentuais **ad exitum** publicados no PNCP revelando **parâmetros** até 20% sobre o benefício; o 15% proposto situa-se **dentro** do padrão observado. PNCP+3PNCP+3PNCP+3

12.2 Eficiência e eficácia (processo e gestão)

a) **Atuação contínua até o resultado final** (contrato por escopo: **trânsito em julgado + execução**), mitigando risco de descontinuidade e retrabalhos. (Regime de execução por resultado previsto na Lei 14.133/2021; transparência via PNCP.) Serviços e Informações do Brasil

b) **Celeridade inicial** com a entrega do “**kit-prefeito**” (procuração e documentos) logo após a OS, viabilizando o ajuizamento alinhado à tese já consolidada no STF (**Tema 1130**). Supremo Tribunal Federal

c) **Conformidade e accountability:** atendimento formal a órgãos de controle e **publicidade dos atos obrigatórios no PNCP**, garantindo rastreabilidade do processo. Serviços e Informações do Brasil+1

12.3 Melhor aproveitamento de recursos públicos

a) **Alavancagem de expertise especializada** (serviço técnico e predominantemente intelectual com **notória especialização**, hipótese de **inexigibilidade**, art. 74 da Lei 14.133/2021 e art. 3º-A da Lei 14.039/2020), elevando a qualidade técnico-jurídica e reduzindo risco de insucesso. Planalto

12.4 Desenvolvimento sustentável (dimensão administrativa)

a) **Previsibilidade orçamentária:** pagamento **apenas** sobre o **benefício efetivamente ingressado** (retenção contratual), compatível com a **responsabilidade fiscal** (LC 101/2000 – LRF). Serviços e Informações do Brasil

b) **Segurança da informação e privacidade:** **confidencialidade** contratual e atendimento ao art. 48 da LGPD (comunicação de incidentes que possam acarretar risco/dano relevante) e ao RCIS/ANPD – Resolução CD/ANPD nº 15/2024. Portal da Câmara dos Deputados+1

12.5 Indicadores de desempenho e resultados (propostos) — Tabela 12.5

Código	Indicador	Fórmula/Regra	Meta de referência	Evidência mínima
IE1	<b>Valor recuperado (R\$)</b>	Soma dos ingressos reconhecidos	Aumentar trimestre a trimestre	RBE + extratos/ordens
IE2	<b>% de recuperação sobre base validada</b>	Valor recuperado / base validada	≥ 80% (ajustável ao caso)	RBE + memória de cálculo
IE3	<b>Tempo para ajuizamento (dias)</b>	Dias corridos a partir da OS	≤ 10 dias (c/ “kit-prefeito”)	Protocolo inicial
IE4	<b>Cumprimento de prazos</b>	Prazos cumpridos / prazos totais	≥ 99% (sem preclusões)	Andamentos oficiais
IE5	<b>Transparência / controle</b>	Atendimentos a órgãos de controle dentro do prazo	100% no prazo pactuado	Protocolos + PNCP

12.6 Síntese da vantajosidade

a) **Benefício econômico relevante** (IRRF municipal – **Tema 1130/STF**, sem modulação indicada pela RFB/PGFN), com **baixo risco orçamentário** (sem adiantamentos; isenção de custas na Justiça Federal; pagamento só com êxito). Serviços e Informações do Brasil+1

b) **Eficiência processual** (escopo contínuo até a execução), **governança** com métricas claras e **publicidade no PNCP** asseguram eficácia, eficiência e **economicidade** na proteção do interesse público. Serviços e Informações do Brasil

### 13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1 Pareceres e atos prévios

a) **Análise jurídica prévia.** Remeter os autos à Assessoria Jurídica para **parecer conclusivo** sobre a inexigibilidade (art. 74) e a **minuta contratual**, em controle prévio de legalidade (art. 53, caput e § 4º, Lei nº 14.133/2021).

cimerp.mg.gov.br

b) **Autorização pela autoridade competente.** Após o parecer, colher a **autorização** da autoridade competente para contratação direta, nos termos do art. 72, VIII (processo de contratação direta). normas.leg.br+1

13.2 Dotação e programação orçamentária

a) **Dotação.** Confirmar registro no elemento 3.3.90.39.00 – **Outros Serviços de Terceiros – PJ**, conforme a classificação orçamentária vigente do ente.

b) **Planejamento anual.** Incluir **extemporaneamente** no PCA/PAC do exercício (registro no PGC), com motivação (modelo **ad exitum**) e parâmetros do escopo, conforme Decreto nº 10.947/2022 (PCA/PGC). Planalto+1

13.3 Gestão e fiscalização do contrato

a) **Designação formal.** Designar **Gestor e Fiscais do Contrato** (e substitutos), com competências e fluxos definidos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021. normas.leg.br

b) **Plano de fiscalização.** Implementar plano com verificação de prazos processuais, SLAs e conferência dos **Relatórios Processuais Mensais** e dos **Relatórios de Benefício Econômico**, conforme boas práticas oficiais.

Serviços e Informações do Brasil







#### 13.4 Transparência e publicidade

a) **PNCP**. Publicar, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, os atos obrigatórios (reconhecimento, inexigibilidade, contrato e eventos de execução), em atendimento ao **art. 174** da Lei nº 14.133/2021. Serviços e Informações do Brasil

b) **Trilha de auditoria**. Manter, nos autos, protocolos, relatórios, atas e comunicações, garantindo **rastreabilidade** e controle social. Serviços e Informações do Brasil

#### 13.5 Adequações operacionais

a) **Tramitação excepcional**. Registrar nos autos a tramitação **fora do M2A** por limitação técnica (contrato por êxito), padronizando os registros físicos/digitais (numeração, folhas e conferência).

b) **Proposta**. Conferir **validade da proposta** (60 dias, conforme apresentado) e registrar ciência das condições de **retenção de honorários** e de **confidencialidade**.

#### 13.6 Documentos habilitadores e integrações internas

a) **"Kit-prefeito"**. Coletar previamente **procurações** e documentos de representação para agilizar o ajuizamento após a OS.

b) **Integração contábil**. Alinhar com Contabilidade/Finanças o **modelo de memória de cálculo do crédito** e os procedimentos de **retenção** quando do ingresso de valores (liquidação/cumprimento de sentença).

c) **LGPD e sigilo**. Aplicar **checklist LGPD**: restrição de acessos, termos de confidencialidade e plano de **Comunicação de Incidente de Segurança** quando aplicável (art. 48 da LGPD e **Resolução CD/ANPD nº 15/2024 – RCIS**). Serviços e Informações do Brasil+1

#### 13.7 Minutas e conformidade

a) **Minuta contratual**. Validar cláusulas: **escopo por resultado**, **SLAs**, **relatórios**, **retenção de honorários** contratuais e **pagamento apenas com êxito**.

**Higienização normativa**: a base correta para o **destaque/ retenção de honorários contratuais** é o **art. 22, § 4º**, da Lei nº 8.906/1994 (EOAB), corroborado pelo **STJ (REsp 1.818.107/RJ)** — e não o art. 22-A, cujo escopo é diverso. Planalto+1

b) **Justificativa de preço**. Instruir a compatibilidade/razoabilidade do **percentual de êxito (15%)** conforme a Lei nº 14.133/2021 (arts. 23 e 72) e orientações oficiais do TCU sobre **contratação direta** (pesquisa/lastros objetivos). Planalto+1

#### 13.8 Riscos e medidas preparatórias

a) **Contingência de prazos**. Estabelecer substitutos, alertas e conferência **D+1** dos andamentos.

b) **Governança**. Calendarizar **reuniões mensais** e registrar atas; **reunião de kick-off** após a OS.

c) **Gatilhos de revisão**. Documentar revisão de escopo por mudança de rito/ordens judiciais relevantes, **sem alteração** da forma de remuneração por êxito.

#### 13.A Quadro-síntese de responsabilidades (execução imediata)

Ato	Responsável	Base legal	Prazo de referência
<b>Parecer conclusivo (inexigibilidade e minuta)</b>	Assessoria Jurídica	<b>Lei 14.133/2021, art. 53, caput e § 4º</b>	Antes da autorização
<b>Autorização para contratação direta</b>	Autoridade competente	<b>Lei 14.133/2021, art. 72, VIII</b>	Após o parecer
<b>Inclusão extemporânea no PCA/PAC (PGC)</b>	Unidade de Planejamento/Compras	<b>Decreto 10.947/2022</b>	Imediata
<b>Publicações obrigatórias no PNCP</b>	Compras/Transparência	<b>Lei 14.133/2021, art. 174 (PNCP)</b>	Após cada ato
<b>Designação de Gestor/Fiscais LGPD: termos e CIS (se aplicável)</b>	Autoridade competente Gestor + Controlador de Dados	<b>Lei 14.133/2021, art. 117 LGPD, art. 48; RCIS/ANPD 15/2024</b>	Na assinatura Contínuo
<b>Retenção de honorários contratuais</b>	Setor Financeiro + Gestor	<b>EOAB, art. 22, § 4º; STJ, REsp 1.818.107/RJ</b>	No ingresso do valor

#### 14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

##### 14.1 Caracterização do objeto e materialidade ambiental

O objeto é **serviço predominantemente intelectual** (patrocínio de causa judicial até o trânsito em julgado e cumprimento de sentença), sem obras, instalações, aquisição de bens ou insumos que gerem externalidades físicas relevantes. A priorização de **trâmites e comunicações digitais**, conforme diretrizes do Governo Digital, reforça a baixa materialidade ambiental do contrato. Planalto



#### 14.2 Aspectos e impactos potenciais identificados

a) **Consumo de papel e insumos** de escritório em eventuais juntadas físicas e trâmites excepcionalmente não digitais; risco ampliado se não houver padronização do **fluxo 100% digital**. Diretrizes federais amparam a digitalização e a tramitação eletrônica, com requisitos técnicos para equivalência legal dos digitais aos originais.

Planalto+2Planalto+2

b) **Deslocamentos** para audiências/reuniões presenciais e atendimentos a órgãos de controle, com emissões associadas ao transporte; mitigáveis por **videoconferência** e serviços digitais. Planalto

c) **Armazenamento e descarte** de documentos sensíveis (peças, procurações, dados pessoais), exigindo guarda segura e **destinação ambientalmente adequada** (gestão de resíduos) e controles de proteção de dados, inclusive quanto a **incidentes de segurança**. Serviços e Informações do Brasil+3Planalto+3Planalto+3

#### 14.3 Medidas de prevenção e mitigação (obrigações e práticas)

a) **Fluxo 100% digital por padrão**: protocolo eletrônico, **assinaturas eletrônicas** (nos termos da Lei 14.063/2020), peças em formato editável com OCR, metadados e gestão documental conforme requisitos de digitalização (Decreto 10.278/2020) e diretrizes do Conarq; impressão **apenas quando estritamente exigida** por autoridade ou norma.

Planalto+2Planalto+2

b) **Gestão racional de impressões**: política de impressão **frente e verso** e redução de uso de papel, alinhada à **A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública** e boas práticas adotadas por órgãos federais. **Meta**: ≥ 95% de peças/relatórios protocolados eletronicamente. Serviços e Informações do Brasil+1

c) **Reuniões e audiências por videoconferência** sempre que admitidas, reduzindo deslocamentos; quando indispensáveis, planejamento de rotas e **consolidação de agendas**. **Meta**: ≥ 80% das reuniões ordinárias em formato virtual. Planalto

d) **Gestão de resíduos de papel**: descarte seletivo de não sensíveis e **destruição segura** (tritador/empresa certificada) dos sensíveis, com **registro em ata/relatório**, observando a **Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)** e seu decreto regulamentador. Planalto+1

e) **Cláusula contratual de sustentabilidade**: prever que a contratada **adote práticas ambientais** na execução e **reporte indicadores** (itens 14.4), nos termos das diretrizes federais de **compras públicas sustentáveis**. Planalto+1

f) **Proteção de dados pessoais (documentos sensíveis)**: controles de acesso, confidencialidade e **plano de resposta a incidentes**; comunicação de incidente à ANPD e aos titulares quando houver risco ou dano relevante, conforme LGPD (art. 48) e RCIS/ANPD (Res. CD/ANPD nº 15/2024). Planalto+1

#### 14.4 Indicadores e metas ambientais (monitoramento pelo Gestor/Fiscal)

Código	Indicador	Definição/Regra	Meta de referência	Evidência
I-A1	Digitalização	% de peças/relatórios protocolados eletronicamente	≥ 95%	Protocolos eletrônicos; metadados (Conarq) <u>Serviços e Informações do Brasil</u>
I-A2	Reuniões virtuais	% de reuniões ordinárias por videoconferência	≥ 80%	Atas + registros de sala virtual <u>Planalto</u>
I-A3	Papel evitado	Páginas não impressas/mês (baseline no 1º mês)	Tendência de redução contínua	Logs de impressão; política frente e verso (A3P) <u>Serviços e Informações do Brasil</u>
I-A4	Destinação segura	% de descartes sensíveis com registro de destruição	100%	Termos/atas + NF de empresa certificada (PNRS) <u>Planalto+1</u>
I-A5	Conformidade LGPD/RCIS	Incidentes comunicados conforme RCIS quando aplicável	100% de comunicações devidas	Registro interno; protocolo ANPD <u>Serviços e Informações do Brasil</u>

#### 14.5 Conclusão

Os impactos ambientais são **de baixa materialidade** e **plenamente mitigáveis** por meio de: (i) **priorização digital** (Lei 14.129/2021; Lei 14.063/2020; Decreto 10.278/2020), (ii) **redução de deslocamentos** com videoconferência, (iii) **gestão adequada de resíduos** (PNRS e Decreto 10.936/2022) e (iv) **cláusulas de sustentabilidade** com monitoramento. As medidas integram a governança da contratação **sem onerar o erário**, mantendo coerência com a natureza intelectual do objeto e com as diretrizes oficiais de transformação digital e sustentabilidade na Administração Pública. Planalto+5Planalto+5Planalto+5

### 15. AVALIAÇÃO DE IMPACTO FINANCEIRO (AIF)

#### 15.1 Parâmetros e premissas

a) **Modelo de pagamento**. Honorários **exclusivamente por êxito de 15%** sobre o benefício **efetivamente ingressado**, com **destaque/retenção contratual** amparado no art. 22, § 4º, do EOAB (Lei nº 8.906/1994) e na jurisprudência do STJ (REsp 1.818.107/RJ). Planalto+1

**Nota de higienização**: o art. 22-A (incluído pela Lei nº 14.365/2022) autoriza **dedução específica sobre juros de mora em precatórios de complementação de fundos constitucionais**; não é a base geral para retenção por êxito nesta contratação. Planalto



- b) **Prazo de execução.** Estimativa de **5 anos** (contrato por escopo até trânsito em julgado e cumprimento de sentença).
- c) **Base de benefício estimado (ordem de grandeza).** R\$ 8.151.832,29 (sujeito a confirmação em liquidação/execução).
- d) **Custas.** Na **Justiça Federal**, Municípios são **isentos** (Lei 9.289/1996, art. 4º, I). Na Justiça Estadual, aplica-se a legislação local. Planalto

#### 15.2 Compatibilidade com PPA/LDO/LOA e dotações

- a) **PPA/LDO.** Incremento de receita **sem majoração tributária** (recuperação de IRRF – **Tema 1130/STF**), em coerência com o sistema **PPA-LDO-LOA** previsto no **art. 165 da CF**. Supremo Tribunal Federal+1
- b) **LOA e dotação.** Execução orçamentária no **Elemento 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ**, com registro e transparência via **PNCP** (art. 174 da Lei 14.133/2021). Serviços e Informações do Brasil+1
- c) **Disponibilidade orçamentária.** Registrar nos autos a suficiência de dotação na fase processual (controle interno).

#### 15.3 Cronograma indicativo de desembolso (retenção no ingresso)

**Premissas:** benefício de referência (**R\$ 8.151.832,29**) distribuído em **6 tranches** ao longo de **60 meses**; honorários calculados **por tranche (15%)**. Liquidação e pagamento **coincidem** com o ingresso do benefício (retenção).

Marco (mês)	% do benefício	Benefício (R\$)	Honorários 15% (R\$)
<b>M12</b>	10%	815.183,23	122.277,48
<b>M24</b>	15%	1.222.774,84	183.416,23
<b>M36</b>	25%	2.037.958,07	305.693,71
<b>M48</b>	25%	2.037.958,07	305.693,71
<b>M54</b>	10%	815.183,23	122.277,48
<b>M60</b>	15%	<b>1.222.774,85<sup>1</sup></b>	183.416,23
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>8.151.832,29</b>	<b>1.222.774,84</b>

<sup>1</sup> Ajuste centesimal para **fechamento exato** do total (variação de R\$ 0,01 por arredondamentos cumulativos).

#### 15.4 Necessidade de suplementação e fontes

- a) **Tendência.** A despesa nasce **somente** quando há ingresso de receita (retenção proporcional). Em regra, **não** há suplementação relevante no início do exercício; ajustes podem ser necessários **no mês de cada ingresso** para acomodar a retenção no **3.3.90.39.00**.
- b) **Fonte.** Preferir **recursos não vinculados de impostos**, compatíveis com a natureza do ingresso (validar com Contabilidade).

#### 15.5 Risco de restos a pagar (RP) e limites do exercício

- a) **Risco. Baixo**, pois o pagamento ocorre por **retenção imediata** no ato do ingresso. Ingressos próximos ao **encerramento do exercício** exigem celeridade de registro para evitar RP.
- b) **Mitigação.** (i) manter dotação disponível no **3.3.90.39.00**; (ii) padronizar o **trâmite manual fora do M2A** para registrar a retenção **no mês do ingresso**; (iii) checklist de **fechamento anual** com Contabilidade (LRF – responsabilidade na gestão fiscal). legislacao.planalto.gov.br

#### 15.6 Materialidade e sustentabilidade da despesa

- a) **Materialidade.** Honorários totais estimados **R\$ 1.222.774,84 (15% do benefício de referência)**, preservando **85%** do ingresso ao Município.
- b) **Sustentabilidade.** Percentual **em faixa de mercado**, com parâmetro em **publicações do TCU** e práticas setoriais; o **Boletim de Jurisprudência 484/2024** integra o repertório de apoio para **justificativa de preço** em contratações diretas. portal.tcu.gov.br+1
- c) **Impacto fiscal líquido. Positivo:** a despesa **só ocorre se** houver geração de receita (modelo por êxito) e a execução segue a **transparência obrigatória no PNCP**. Serviços e Informações do Brasil

#### 15.7 Premissas e condicionantes da AIF

- **Percentual fixo de 15%** sobre **valores efetivamente ingressados**; **isenção de custas** na Justiça Federal (Lei 9.289/1996, art. 4º, I). Planalto
- **Prazo médio de 60 meses**; marcos financeiros vinculados a decisões e execuções.
- **Trâmite operacional excepcional fora do M2A**, com registros e publicações **no PNCP** (art. 174 da Lei 14.133/2021). Serviços e Informações do Brasil

## 16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

### 16.1 Síntese do diagnóstico

A contratação visa ao patrocínio judicial para **reconhecer e recuperar receitas de IRRF de titularidade municipal**, conforme entendimento consolidado pelo **STF no Tema 1130 (RE 1.293.453)**, com atuação até o trânsito em julgado e o cumprimento de sentença (contrato por escopo). Supremo Tribunal Federal

### 16.2 Viabilidade técnica

O escopo contempla ajuizamento, acompanhamento e execução, com entrega do "kit-prefeito" para imediata propositura e **atendimento a órgãos de controle** (esclarecimentos, defesas e recursos). A atuação continuada até a



satisfação do crédito é compatível com a natureza do objeto (patrocínio de causa) e com o resultado jurídico reconhecido no **Tema 1130/STF**. Supremo Tribunal Federal

#### 16.3 Viabilidade jurídica

A natureza **técnica e predominantemente intelectual** dos serviços advocatícios, aliada à **notória especialização**, permite a contratação por **inexigibilidade** (Lei 14.133/2021, art. 74; Lei 14.039/2020, art. 3º-A). A diretriz profissional está reforçada pela **Súmula n. 04/2012/COP (CFOAB)**, que reconhece a inviabilidade de competição para serviços advocatícios, e por entendimentos do TCU sobre singularidade e imprescindibilidade do núcleo intelectual (art. 74, caput e §4º). licitacoescontratos.tcu.gov.br+3Planalto+3Planalto+3

#### 16.4 Viabilidade econômico-financeira

O modelo é de **honorários exclusivamente por êxito (15%)** sobre o benefício efetivamente ingressado, com **destaque/ retenção contratual** amparado no **art. 22, §4º, do EOAB (Lei 8.906/1994)** e na jurisprudência do **STJ (REsp 1.818.107/RJ)**. Nota de higienização: o **art. 22-A**, incluído pela Lei 14.365/2022, tem **escopo específico** (juros de mora em precatórios de complementação de fundos constitucionais) e **não** é a base geral para retenção por êxito nesta hipótese. Planalto+1

Na **Justiça Federal**, Municípios são **isentos de custas** (Lei 9.289/1996, art. 4º, I). Planalto

#### 16.5 Planejamento e adequação orçamentária

A contratação incrementa receita **sem majoração de tributos**, preservando a coerência com **PPA/LDO/LOA** (CF, art. 165). A execução orçamentária ocorre no **Elemento 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ**, com **publicidade obrigatória no PNCP** (Lei 14.133/2021, art. 174). Senado Federal+1

#### 16.6 Operacionalização e governança

Admite-se **tramitação excepcional motivada** (fora do sistema padrão) com registros formais e **publicações no PNCP**, assegurando rastreabilidade; o **prazo médio estimado de 5 anos** é compatível com contrato por escopo orientado a resultado (trânsito + execução). Serviços e Informações do Brasil

#### 16.7 Riscos e mitigação (síntese)

• **Risco de dilação temporal/processual**: mitigado por contrato por escopo até a execução e por atuação coordenada com órgãos de controle; a base jurídica do **Tema 1130** e o **Parecer PGFN/SEI 5744/2022** reforçam a segurança jurídica da tese. Serviços e Informações do Brasil

• **Risco fiscal/orçamentário**: baixo, pois o pagamento ocorre **apenas com êxito**, por **retenção** quando do ingresso do crédito (art. 22, §4º, EOAB; STJ). STJ

#### 16.8 Declaração

À luz dos elementos **técnicos, jurídicos, financeiros e de governança** constantes dos autos, **declara-se a contratação VIÁVEL e RAZOÁVEL**, por apresentar: (i) **custo-benefício adequado** (remuneração por resultado), (ii) **aderência legal (inexigibilidade por notória especialização, art. 74 da Lei 14.133/2021; art. 3º-A da Lei 14.039/2020)** e (iii) **lastro procedimental** (parecer favorável do controle interno e registro/plena transparência no **PNCP**). Planalto+2Planalto+2

### 17. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

**( X ) VEDADA a participação de consórcios.**

#### 17.1 Fundamentação técnica e jurídica

a) **Natureza do objeto e inexigibilidade**. O objeto é serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual (patrocínio/defesa de causa judicial – Tema 1130/STF), hipótese típica de **inexigibilidade por notória especialização** (Lei nº 14.133/2021, art. 74, III, “e”; Lei nº 14.039/2020, art. 3º-A). A orientação profissional do CFOAB (Súmula 04/2012/COP) reconhece a **inviabilidade objetiva de competição** para serviços advocatícios, o que reforça a necessidade de **unidade de direção técnica** incompatível com execução consorciada. licitacoescontratos.tcu.gov.br+2oab.org.br+2

b) **Vedação legal à fragmentação do núcleo intelectual**. A Lei nº 14.133/2021 é expressa: “**Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade**” (art. 74, §4º). Em serviços predominantemente intelectuais, a lei preserva a **execução direta do núcleo** pelo contratado — lógica incompatível com arranjos que pulverizem responsabilidade técnico-profissional, como consórcios. licitacoescontratos.tcu.gov.br

c) **Jurisprudência e boas práticas de controle**. O TCU tem orientação consolidada de que a **contratação direta de escritório de advocacia** depende da demonstração de **singularidade do objeto e notória especialização**, justamente para assegurar atuação **personalíssima e coesa** sob responsável técnico definido. Esse entendimento é reiterado em repertórios oficiais e decisões recentes. Pesquisa TCU+1

d) **Modelo econômico por êxito e mensuração do resultado**. A remuneração **exclusivamente por êxito** com **retenção/destaque** de honorários contratuais exige **atribuição inequívoca de resultado e medição por marcos** (ajuizamento, decisões, liquidações e recebimentos). A base correta para o destaque é o **art. 22, §4º, do EOAB (Lei 8.906/1994)**, com respaldo do **STJ (REsp 1.818.107/RJ)**; a formação de consórcio **fragilizaria** a imputação de atos e a governança do resultado. STJ



## 18. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

( X ) VEDADA a participação de cooperativas.

### 18.1 Fundamentação técnica e jurídica

a) **Natureza do objeto e inexigibilidade.** O objeto é **serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual** (patrocínio/defesa de causa judicial – **Tema 1130/STF**), hipótese de **inexigibilidade por notória especialização** (Lei nº 14.133/2021, art. 74, III; Lei nº 14.039/2020, art. 3º-A). A atuação deve ser **essencial e reconhecidamente adequada** à plena satisfação do objeto, reforçando **unidade de direção técnica** incompatível com execução pulverizada por cooperados. [licitacoescontratos.tcu.gov.br+2Planalto+2](https://licitacoescontratos.tcu.gov.br+2Planalto+2)

b) **Execução direta do núcleo intelectual.** Nas contratações fundadas no art. 74, III, **é vedada a subcontratação de empresas** ou a atuação de **profissionais distintos** daqueles que **justificaram a inexigibilidade** (art. 74, §4º). Em serviços personalíssimos, a lei preserva **execução direta** pelo responsável técnico – lógica que **colide** com arranjos cooperativos de rodízio/repartição. (Guia oficial do TCU – Licitações & Contratos).

[licitacoescontratos.tcu.gov.br](https://licitacoescontratos.tcu.gov.br)

c) **Entendimento profissional e de controle.** A **Súmula 04/2012/COP (CFOAB)** reconhece a **inviabilidade objetiva de competição** para serviços advocatícios (notória especialização). O TCU admite participação de cooperativas em licitações **em regra**, mas a **Súmula TCU 281** veda quando a execução pressupõe **pessoalidade, habitualidade e subordinação jurídica** — características presentes no patrocínio judicial sob um responsável técnico definido. [oab.org.br+2licitacoescontratos.tcu.gov.br+2](https://oab.org.br+2licitacoescontratos.tcu.gov.br+2)

d) **Modelo econômico e governança do resultado.** A remuneração **exclusivamente por êxito** requer **atribuição inequívoca de resultado e medição por marcos** (ajuizamento, decisões, liquidações e ingressos). A forma correta de **destaque/retenção** dos honorários contratuais é a do **art. 22, §4º, da Lei 8.906/1994 (EOAB)**, conforme o **STJ (REsp 1.818.107/RJ)**; arranjos cooperativos **fragilizam a rastreabilidade da autoria técnica** e o nexo entre atos e benefício econômico. [licitacoescontratos.tcu.gov.br](https://licitacoescontratos.tcu.gov.br)

**Nota de higienização:** o **art. 22-A do EOAB** tem **escopo específico** (dedução sobre **juros de mora** em **precatórios de complementação de fundos constitucionais**) e **não fundamenta**, em geral, o destaque por êxito nesta contratação; aplica-se o **art. 22, §4º** e a orientação do **STJ**. [licitacoescontratos.tcu.gov.br](https://licitacoescontratos.tcu.gov.br)

### 18.2 Observação de conformidade

A Lei nº 14.133/2021 admite, **em regra**, a participação de cooperativas em licitações; entretanto, **quando a própria lei veda a subcontratação/rotação do núcleo intelectual (art. 74, §4º) e quando a natureza do serviço exige pessoalidade e habitualidade (Súmula TCU 281)**, a **vedação torna-se juridicamente justificada** no processo específico (inexigibilidade). [licitacoescontratos.tcu.gov.br+1](https://licitacoescontratos.tcu.gov.br+1)

### 18.3 Conclusão

À luz da **natureza intelectual e personalíssima** do objeto, da **vedação legal à subcontratação/atuação de profissionais diversos** (art. 74, §4º, Lei 14.133/2021) e da **necessidade de unidade técnica** para correta mensuração do êxito, **fica vedada a participação de cooperativas** neste processo. [licitacoescontratos.tcu.gov.br](https://licitacoescontratos.tcu.gov.br)

## 19. INOVAÇÃO E MELHORIA CONTÍNUA

### 19.1 Diretrizes de inovação (foco em resultado)

a) **Contrato por escopo até o resultado final** (trânsito em julgado + execução), com ciclos de monitoramento e melhoria contínua — alinhado à boa governança pública (avaliar—direcionar—monitorar) do **Referencial de Governança do TCU**. [portal.tcu.gov.br](https://portal.tcu.gov.br)

b) **Governança responsiva com órgãos de controle**, com transparência no **PNCP** (publicidade centralizada dos atos, art. 174 da Lei 14.133/2021). [Serviços e Informações do Brasil](https://servicos.einformacoes.do.brasil)

c) **Proteção de dados e sigilo** como pré-requisito para inovação (jurimetria, automação de prazos), observando **LGPD (art. 48)** e o **RCIS/ANPD – Res. CD/ANPD nº 15/2024**. [Planalto+1](https://planalto+1)

### 19.2 Mecanismos para receber propostas melhoradas (contínuo)

a) **Janela trimestral de propostas de melhoria** (contratada e gestor), com análise de impacto (prazo, risco, custo) e deliberação registrada em ata — prática aderente aos princípios de **governança e prestação de contas** do TCU. [portal.tcu.gov.br](https://portal.tcu.gov.br)

b) **Backlog priorizado por valor público** (custo–benefício–alinhamento) e risco processual, com rastreabilidade das decisões. [portal.tcu.gov.br](https://portal.tcu.gov.br)

c) **Change control leve:** melhoria aprovada integra o próximo ciclo **sem alterar a remuneração por êxito**; registrar no processo e publicar o que couber no **PNCP**. [licitacoescontratos.tcu.gov.br](https://licitacoescontratos.tcu.gov.br)

### 19.3 Pilotos controlados (com critérios de sucesso)

a) **Piloto 0–30 dias (MVP de ajuizamento):** saneamento documental + “kit-prefeito”; meta: **ajuizamento ≤ 15 dias** a partir da documentação completa. (Ambiente eletrônico **PJe** viabiliza tramitação digital.) [atos.cnj.jus.br](https://atos.cnj.jus.br)

b) **Piloto 1 (jurimetria de prazos/decisões):** painel de andamentos por vara/relator com **DataJud** como fonte primária de dados do Judiciário; meta: **reduzir lead time de resposta em 20% em 90 dias**. [atos.cnj.jus.br+1](https://atos.cnj.jus.br+1)



c) **Piloto 2 (governança com órgãos de controle):** "kits de resposta" padronizados e **comunicação D+1** ao gestor; meta: **100% das demandas respondidas no prazo**; atos publicáveis no **PNCP**. Serviços e Informações do Brasil

#### 19.4 Métodos e tecnologias

a) **Protocolo 100% digital + assinaturas eletrônicas** (Lei 14.063/2020) e **digitalização com efeito do original** (Decreto 10.278/2020 e Diretrizes CONARQ). Planalto+2Planalto+2

b) **Dashboard de marcos e prazos** (ajuizamento, decisões, liquidações, execuções, ingressos), com **alertas automáticos** e plano de ação por item — prática de governança recomendada pelo TCU. portal.tcu.gov.br

c) **Integração operacional** com dados contábeis para memórias de cálculo e conciliações de ingressos (gatilho de retenção e RBE), compatível com **governo digital**. Serviços e Informações do Brasil

d) **Reengenharia do trâmite** (fora do M2A): padronizar **numeração, repositório e versionamento**, garantindo autenticidade/ integridade conforme **Decreto 10.278/2020**. Planalto

#### 19.5 Métricas de ganhos (KPIs) e metas

• **K1 – Lead time para ajuizamento (dias):** meta ≤ 15. **K2 – Cumprimento de prazos legais:** ≥ 99% (sem preclusões). **K3 – Resposta a órgãos de controle no prazo:** 100%. **K4 – Andamentos críticos com atualização D+1:** ≥ 95%. **K5 – Percentual digital** (peças/relatórios sem papel): ≥ 95%. **K6 – Valor recuperado (R\$) e % sobre base validada:** desvio previsto/real ≤ ±10% por marco. **K7 – Tempo médio por fase** com tendência de queda trimestral. (Indicadores e monitoramento são pilares do **Referencial de Governança TCU**.) portal.tcu.gov.br

#### 19.6 Ciclos de melhoria (PDCA mensal + revisão trimestral)

a) **Planejar–Executar–Checar–Agir:** sprints mensais com entregas/protocolos; revisão trimestral de riscos e metas, incorporando melhorias aprovadas ao backlog — modelo aderente ao **Referencial TCU** e ao **Referencial de Gestão de Riscos**. portal.tcu.gov.br+1

b) **Ata de revisão trimestral** com deliberações vinculantes e atualização de métricas/planos.

#### 19.7 Gestão de riscos da inovação

a) **Conformidade e sigilo:** testes e pilotos **somente** com dados protegidos e em ambiente controlado, com **política de incidentes** — LGPD (art. 48) e RCIS/ANPD (Res. 15/2024) estabelecem **comunicação obrigatória à ANPD** e aos titulares quando houver risco ou dano relevante. Planalto+1

b) **Governança processual:** nenhuma melhoria pode comprometer **prazos fatais** ou a **cadeia de custódia documental** (PJe; requisitos de digitalização). atos.cnj.jus.br+1

c) **Registros auditáveis:** toda mudança documentada no processo (ata, versão da peça/modelo, KPI afetado) e **publicação no PNCP** do que for exigido. Serviços e Informações do Brasil

## 1. 20 GOVERNANÇA E TRANSPARÊNCIA

### 20.1 Estrutura de governança e papéis

#### Matriz de papéis e responsabilidades

Papel	Atribuições essenciais	Base legal / evidência
<b>Autoridade competente</b>	Ratifica a inexigibilidade, autoriza a contratação e assina o contrato.	Lei 14.133/2021 (processo de contratação direta; publicidade no PNCP). <u>Serviços e Informações do Brasil+1</u>
<b>Gestor do contrato</b>	Coordena a execução, convoca e preside as reuniões de governança, valida relatórios e atesta marcos.	Boas práticas MGI (governança nas contratações). <u>Serviços e Informações do Brasil</u>
<b>Fiscais do contrato (técnico e administrativo)</b>	Acompanham prazos, peças, indicadores e conformidade documental/financeira; registram ocorrências e providências.	Lei 14.133/2021, art. 117 (atribuições do fiscal) e doutrina TCU. <u>revista.tcu.gov.br</u>
<b>Unidades de apoio (Contabilidade/Finanças; Procuradoria/AJ; Controle Interno/Controladoria)</b>	Conciliação do ingresso e retenção; pareceres e saneamento jurídico; acompanhamento e controle.	Decreto 10.947/2022 (PGC/PCA); manuais oficiais de planejamento. <u>Serviços e Informações do Brasil+1</u>
<b>Contratada</b>	Atuação até o trânsito em julgado e cumprimento de sentença; entrega inicial do "kit-prefeito" para viabilizar o ajuizamento.	Regime por escopo; publicidade de atos no PNCP. <u>Serviços e Informações do Brasil</u>

### 20.2 Fluxo decisório e registros (trilha de auditoria)

a) **Decisões em atas de governança.** Plano de trabalho, estratégia, priorização de melhorias e encaminhamentos. Boas práticas recomendadas em guias oficiais. Serviços e Informações do Brasil

b) **Trilha mínima no processo.** Procurações/"kit-prefeito"; peças protocoladas com número do processo/ID; intimações; comprovantes de protocolo; **Relatório Processual Mensal (RPM)**; **Relatório de Benefício Econômico (RBE)**; comunicações a órgãos de controle; memórias de cálculo. Registros do fiscal conforme art. 117. revista.tcu.gov.br



c) **Confidencialidade.** Termos e controles de acesso a documentos sensíveis, à luz da LGPD (art. 48) e RCIS/ANPD. Planalto+1

20.3 Rotinas de monitoramento e reporte

a) **Reuniões mensais de governança;** atualização **D+1** após andamentos relevantes; respostas a órgãos de controle nos prazos pactuados. Publicidade dos atos obrigatórios no **PNCP**. Serviços e Informações do Brasil

b) **Painel/KPIs (exemplos).**

Indicador	Regra	Meta de referência
<b>Cumprimento de prazos</b>	% prazos cumpridos / prazos totais	≥ 99%
<b>Lead time para ajuizamento</b>	Dias da OS ao protocolo	≤ 15
<b>Peças protocoladas/mês</b>	Quantidade	Tendência de alta na fase crítica
<b>Reuniões realizadas</b>	% realizadas / planejadas	≥ 90%
<b>Valor recuperado</b>	R\$ ingressados e % sobre base validada	Aumento contínuo
<b>Conciliação de ingressos</b>	% conciliações no mês do ingresso	100%

(Painéis e governança aderentes ao **Referencial de Governança do TCU**.) portal.tcu.gov.br

c) **Relatórios.**

• **RPM:** peças, prazos, andamentos, riscos e próximos marcos.

• **RBE:** valores reconhecidos/recebidos, atualização/juros e memória de cálculo por execução. (Estrutura conforme boas práticas de gestão de contratos.) Serviços e Informações do Brasil

20.4 Transparência ativa e publicidade

a) **Publicações obrigatórias** no processo administrativo e no **PNCP** (reconhecimento, inexigibilidade, contrato e execuções), resguardadas informações sigilosas e dados pessoais. (**Art. 174, Lei 14.133/2021**; páginas oficiais "Sobre o PNCP".) Serviços e Informações do Brasil

b) **Atendimento a órgãos de controle.** Compromisso de prestar esclarecimentos e defender o objeto quando demandado (governança e prestação de contas). portal.tcu.gov.br

20.5 Arranjo orçamentário e registros financeiros

a) **Conciliação do ingresso e retenção** na forma contratual, com integração à Contabilidade para lançamento no **Elemento 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ** (no mês do ingresso).

b) **Fechamento do exercício.** Checagem de dotação no mês do ingresso para evitar restos a pagar; planejamento em PCA/PGC conforme **Decreto 10.947/2022**. Serviços e Informações do Brasil+1

20.6 Operacionalização e controles internos

a) **Tramitação excepcional fora do M2A.** Padronizar numeração, repositório digital e versionamento; registrar motivação no processo; publicar atos no **PNCP** para garantir rastreabilidade. Serviços e Informações do Brasil

b) **Segurança da informação/LGPD.** Sigilo sobre documentos e dados acessados; **comunicação de incidentes** quando aplicável (**LGPD, art. 48; RCIS/ANPD – Res. 15/2024**). Planalto+1

20.7 Ciclo de governança (resumo operável)

1. **Kick-off** com entrega do "kit-prefeito" e plano de trabalho;
2. **Sprints mensais** com RPM e atualização de riscos;
3. **Revisão trimestral** de KPIs e riscos (Referencial de Gestão de Riscos TCU);
4. **RBE** a cada execução/ingresso;
5. **Atas e publicações** consolidadas na trilha;
6. **Interações com controles** formalizadas (protocolos/defesas). portal.tcu.gov.br+1

## 21. SUSTENTABILIDADE AVANÇADA

21.1 Diretrizes gerais (além do mínimo legal)

a) **Digital by default.** Execução, comunicação e guarda documental em meio eletrônico, com OCR e metadados mínimos (nº do processo, classe, fase, prazo fatal), priorizando trâmite eletrônico em consonância com a **Lei do Governo Digital** e com os requisitos de digitalização que conferem **efeito legal de original** ao documento digital. Planalto+1

b) **Sigilo + LGPD como desenho de processo.** Controles de acesso, trilhas de auditoria e descarte seguro para documentos sensíveis durante toda a execução, com **procedimento de comunicação de incidentes** quando houver risco ou dano relevante, nos termos do **art. 48 da LGPD** e do **RCIS/ANPD (Res. CD/ANPD nº 15/2024)**. Planalto+1

c) **Governança com órgãos de controle.** Fluxo padronizado e **preferencialmente digital** para esclarecimentos/defesas/recursos, reduzindo deslocamentos e reforçando a transparência ativa. (Lei do Governo Digital). Serviços e Informações do Brasil

21.2 Eficiência de recursos (ambiental)

a) **Protocolos e peças 100% eletrônicos;** impressão apenas quando formalmente exigida, seguindo política **frente e verso** e reaproveitamento de rascunhos — observadas as regras de **assinaturas eletrônicas** (Lei 14.063/2020). Planalto

b) **Audiências/reuniões por videoconferência,** quando admitidas; consolidação de agendas presenciais para reduzir emissões (Governo Digital). Serviços e Informações do Brasil

c) **Plano de logística mínima.** Preferência por transporte coletivo/compartilhado quando deslocamentos forem



inevitáveis.

d) **Arquitetura de arquivos.** Padrão de nomenclatura e **versionamento** para evitar retrabalho e reimpressões, conforme diretrizes arquivísticas (e-ARQ Brasil). [Serviços e Informações do Brasil](#)

e) **"Kit-prefeito" digital** (procuração e documentos) para acelerar o ajuizamento e evitar circulação física de papel, observando requisitos de digitalização do **Decreto 10.278/2020**. [Planalto](#)

#### 21.3 Gestão de resíduos e segurança da informação

a) **Classificação documental** (sensíveis x não sensíveis) e guarda compatível com o ciclo processual (e-ARQ Brasil). [Serviços e Informações do Brasil](#)

b) **Descarte seletivo** de não sensíveis e **destruição certificada** (tritador/empresa habilitada) de sensíveis, com registro em relatório mensal, nos termos da **PNRS** e do seu regulamento. [Planalto+1](#)

c) **Plano de retenção e guarda** com política de confidencialidade e registro de cadeia de custódia; após digitalização nos termos do Decreto 10.278/2020, o documento físico **pode ser eliminado** quando houver previsão na tabela de temporalidade. [Planalto+1](#)

#### 21.4 Critérios sociais objetivos (vinculados ao objeto)

a) **Acessibilidade digital.** Peças e relatórios com **texto selecionável**, estrutura lógica (títulos/sumários) e descrição sucinta de anexos essenciais, observando **eMAG 3.1** e alinhamento às **WCAG 2.1**. [Serviços e Informações do Brasil+1](#)

b) **Capacitação compartilhada.** 1 workshop semestral para equipe de gestão/fiscalização sobre rotinas digitais, cadeia de custódia e resposta a controles (compatível com as diretrizes de Governo Digital). [Serviços e Informações do Brasil](#)

c) **Comunicação clara.** Modelos-padrão de ofícios e "kits de resposta" padronizados para controle interno/externo.

#### 21.5 Indicadores e metas de desempenho sustentável

Código	Indicador	Definição/Regra	Meta de referência	Evidência
IS-1	Digitalização	% de peças/relatórios protocolados eletronicamente	≥ 97%	Protocolos e metadados; Decreto 10.278/2020 <a href="#">Planalto</a>
IS-2	Reuniões virtuais	% de reuniões ordinárias por videoconferência	≥ 85%	Atas + registros de sala virtual; Governo Digital <a href="#">Serviços e Informações do Brasil</a>
IS-3	Papel evitado	Páginas não impressas/mês (baseline no M1)	Melhoria contínua trimestral	Logs de impressão/política frente e verso; assinaturas eletrônicas <a href="#">Planalto</a>
IS-4	Destinação segura	% de descartes sensíveis com registro formal	100%	Relatórios de destruição; PNRS + Decreto 10.936/2022 <a href="#">Planalto+1</a>
IS-5	Resposta a controles	% de respostas dentro do prazo pactuado	100%	Protocolos; atas de governança

Observação: no **planejamento do ETP**, a **Lei 14.133/2021** exige a descrição dos possíveis **impactos ambientais** e medidas mitigadoras (art. 18, §1º, XII), reforçando o caráter vinculante destes indicadores. [Serviços e Informações do Brasil](#)

#### 21.6 Monitoramento, reporte e auditoria

a) **RPM com bloco "Sustentabilidade"**. Séries dos indicadores **IS-1 a IS-5** e plano de ação quando houver desvio de meta (governança e prestação de contas). [Serviços e Informações do Brasil](#)

b) **Atas de governança** registrando decisões e ajustes; **trilha de auditoria** com evidências (protocolos eletrônicos, registros de destruição, listas de presença virtual), conforme e-ARQ/Decreto 10.278/2020. [Serviços e Informações do Brasil+1](#)

c) **Compatibilização com a execução orçamentária.** Toda **retenção de honorários** registrada digitalmente com comprovantes, preservando rastreabilidade do fluxo excepcional e a **publicidade obrigatória no PNCP**. [Serviços e Informações do Brasil](#)

## 22. GESTÃO DE RISCOS E RESILIÊNCIA

### 22.1 Metodologia e ciclo de gestão

Adota-se processo contínuo, alinhado ao **Referencial Básico de Gestão de Riscos do TCU** (compatível com a ISO 31000): **identificação** → **análise (probabilidade x impacto)** → **tratamento** → **monitoramento** → **revisão**, com comunicação e registro em todas as etapas. A rotina será **mensal** em reunião de governança, com **revisão trimestral** dos riscos críticos e atualização da matriz. Indicadores por risco: **ICX** (criticidade), **IMO** (impacto operacional), **IRG** (impacto no resultado/financeiro) e **IVF** (impacto na fiscalização/controle), todos em **escala 0–3**. [Portal TCU+1](#)

Base legal e boas práticas aplicáveis ao planejamento e às contratações: **Lei 14.133/2021** (governança/gestão de riscos nas contratações e planejamento), **IN SEGES/ME 40/2020** (ETP com riscos) e **Guia TCU – Licitações &**



**Contratos** (gestão de riscos das contratações). Licitações e Contratos+3Planalto+3Serviços e Informações do Brasil+3

## 22.2 Papéis e responsabilidades (síntese)

- **Autoridade competente:** deliberações excepcionais e reforço de recursos (governança das contratações). Planalto
- **Gestor do contrato:** dono do plano de riscos, aciona contingências, mantém trilha de auditoria. Licitações e Contratos
- **Fiscais (técnico/administrativo):** monitoram SLAs, prazos, LGPD e integridade documental (art. 117, Lei 14.133). Planalto
- **Contratada:** executa tratamentos, reporta desvios **D+1**, propõe melhorias (boas práticas TCU). Portal TCU
- **Contabilidade/Finanças:** concilia ingressos, executa retenção e apoia continuidade no fechamento anual (planejamento/execução). Serviços e Informações do Brasil

## 22.3 Matriz de Riscos da Contratação (versão inicial)

ID	Risco (evento)	Causa-raiz	Consequência	Controles existentes	Tratamento /Plano	Gatilhos de alerta	Resp.	IC X	IM O	IR G	IV F
R 1	Preclusão/prorrogação de prazo processual	Volume de feitos e intimações	Perda de tese/atrasos	Calendário de prazos; dupla checagem	SLA resposta a intimação ≤2 dias úteis; check D+1; backup de responsáveis	Intimação sem protocolo em 24h	Contratada/Fiscal	3	3	2	2
R 2	Mudança jurisprudencial/modulação	Novos precedentes/afetações	Redução do benefício	Monitoramento de tribunais	Nota técnica trimestral; adequação de estratégia; memorial aos autos	Afetação de tema correlato / pauta em tribunal superior	Contratada/Gestor	3	2	3	1
R 3	Insuficiência de documentação ("kit-prefeito")	Falhas de coleta interna	Atraso no ajuizamento	Checklist de documentos	Plano de saneamento em 10 dias; escalonamento ao titular da unidade	Pendência >5 dias úteis	Gestor/Unidade demandante	2	2	2	1
R 4	Inconsistências na memória de cálculo	Dados contábeis divergentes	Questionamento s/atraso em execuções	Planilha padrão e conciliações	Reunião técnica bimestral com Contabilidade; validação cruzada	Diferença >2% entre bases	Contratada/Contabilidade	2	2	3	2
R 5	Vazamento de dados/peças sigilosas	Controles de acesso frágeis	Sanções LGPD e nulidades	Controle de perfis; confidencialidade	Criptografia em repouso/trânsito; registro de acessos; destruição certificada	Acesso fora do perfil; perda de mídia	Contratada/Fiscal Adm.	3	2	2	3
R 6	Trilha de auditoria incompleta	Tramitação fora do M2A	Fragilidade de controle	Repositório digital	Padrão de nomenclatura; versionamento; ata mensal	Documento sem ID/versão; peça sem comprovante	Gestor/Fiscal	2	2	2	3
R 7	Indisponibilidade de profissional-chave	Doença/turnover	Descontinuidade de atos	Equipe mínima nomeada	Plano de sucessão; sobreaviso; procurações em duplicidade	Ausência >48h em fase crítica	Contratada	2	3	2	1
R 8	Demora do juízo/órgãos de controle	Sobrecarga externa	Prazos dilatados	Acompanhamento ativo	Petições de impulso; agenda de audiências;	Inatividade >60 dias sem movimentação	Contratada/Gestor	2	2	2	2



R 9	Ingresso de valores no fim do exercício	Cronograma judicial	Risco de RP/registro tardio	Rotina com Contabilidade	kits de resposta Check-list de fechamento ; pré-empenho do mês; retenção imediata	Trânsito em julgado após 01/12	Contabilidade/Gestor	2	1	3	2
R 10	Contestação de honorários de êxito	Interpretação contratual	Atraso no pagamento	Cláusula clara (0,15 por 1,00)	RBE detalhado; parecer jurídico; retenção contratual	Impugnação formal ao RBE	Gestor/Contratada/AJ	2	1	2	2
R 11	Sobrecarga de demandas acessórias	Solicitações atípicas	Desvio de foco do escopo	Escopo definido	Priorização por valor público; mudança controlada	≥3 demandas extraordinárias/mês	Gestor	1	2	1	1
R	Erros de protocolo/formatção	Falhas operacionais	Desentranhamento/atraso	Modelos e checklists	Revisão por pares; validação automática (OCR/metadados)	Devolução por erro formal	Contratada	1	2	1	2

**Escalas (0–3):** 0 inexistente; 1 baixo; 2 moderado; 3 alto.

22.4 Planos de contingência (resumo operável)

- **Prazos críticos (R1):** ativar equipe de contingência; revisão **diária** de intimações; petições de dilação quando cabíveis; comunicação **D+0** ao Gestor. (Gestão orientada a eventos segundo TCU.) [Portal TCU](#)
- **Mudança jurisprudencial (R2):** comitê ad hoc (AJ/Contratada/Procuradoria) em até **72h**; avaliação de impacto; ajuste de peças; eventual tutela para preservar valores. [Portal TCU](#)
- **LGPD/segurança (R5):** isolar incidente, trocar credenciais, registrar ocorrência, **avaliar risco e comunicar** à ANPD e aos titulares quando devido, conforme **art. 48 da LGPD e RCIS/ANPD**. [Planalto+2](#) [Serviços e Informações do Brasil+2](#)
- **Fechamento anual (R9):** "sala de guerra" na 1ª quinzena de dezembro; dotação disponível no **3.3.90.39.00**; retenção imediata com documentação comprobatória anexada (planejamento e execução orçamentária). [Serviços e Informações do Brasil](#)
- **Indisponibilidade de profissionais (R7):** substituto previamente habilitado; substabelecimentos; redistribuição via painel de prazos (gestão de continuidade). [Serviços e Informações do Brasil](#)

22.5 Continuidade de negócios (BCP) e redundâncias

- **Documentos críticos** em repositório digital com **backup diário e versionamento**; **testes de restauração trimestrais**; integração com o **Plano de Continuidade de Negócio** institucional. [Serviços e Informações do Brasil](#)
- **Pessoas-chave:** matriz de substituição (≥ 1 substituto por função); sobreaviso em fases críticas. [Serviços e Informações do Brasil](#)

• **Ambiente tecnológico:** validação de **OCR**, metadados e **carimbo de tempo**; **logs de acesso** mantidos durante todo o ciclo contratual. [Serviços e Informações do Brasil](#)

• **Processo:** procedimentos escritos para ajuizamento, recursos e cumprimento; **kits de resposta** prontos para órgãos de controle. [Licitações e Contratos](#)

22.6 Monitoramento e reporte

- **KPIs de risco** incorporados ao **Relatório Processual Mensal**: % prazos cumpridos; intimações tratadas ≤ **2 dias úteis**; tempo médio de resposta a controles; peças devolvidas por erro formal; conciliação de valores/execuções. (Boas práticas TCU.) [Portal TCU](#)
- **Semáforo de criticidade (ICX):** Verde (0–1), Amarelo (2), Vermelho (3); **ações corretivas** em até **10 dias** quando Amarelo e em até **72h** quando Vermelho; registro em ata e atualização da matriz. [Portal TCU](#)
- **Revisão trimestral** da matriz com reclassificação e controle de versões (ETP/planejamento). [Serviços e Informações do Brasil](#)

22.7 Critérios de encerramento de riscos

O risco será encerrado quando: (i) o evento perder aplicabilidade (fase concluída), (ii) os controles reduzirem **ICX ≤ 1 por dois ciclos** consecutivos ou (iii) o impacto residual migrar para **risco operacional padrão** (rotina de operação e fiscalização). Consolidação em ata de governança e registro no processo. [Portal TCU](#)



## 23. INTEGRAÇÃO COM POLÍTICAS PÚBLICAS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

### 23.1 Enquadramento nos instrumentos de planejamento

- a) **PPA/LDO.** A recuperação do IRRF reforça o equilíbrio fiscal e amplia receitas próprias, articulando-se ao sistema PPA-LDO-LOA previsto na **Constituição (art. 165)**, que estrutura o planejamento governamental em médio e curto prazos. [Portal da Câmara dos Deputados](#)
- b) **LOA.** A execução orçamentária dar-se-á no **Elemento 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ**, com registros **proporcionais ao ingresso do benefício** (retenção dos honorários por êxito), em consonância com os princípios da **Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (LC 101/2000)** de responsabilidade na gestão fiscal. [Planalto](#)
- c) **Planejamento anual de contratações (PCA/PGC).** Para fins de governança e transparência do planejamento, a inclusão/atualização no PCA, no âmbito do PGC, observa o **Decreto 10.947/2022** e as orientações oficiais do [Compras.gov.br](#). [Planalto+1](#)
- d) **Governo Digital.** A priorização de meios eletrônicos e de trâmite digital (inclusive diante do fluxo excepcional fora do M2A) está alinhada à **Lei 14.129/2021 (Governo Digital)**. [Planalto+1](#)
- e) **Publicidade no PNCP.** Os atos obrigatórios serão publicados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, nos termos do **art. 174 da Lei 14.133/2021** e das páginas oficiais "Sobre o PNCP". [Normas Legais+1](#)

### 23.2 Vinculação a objetivos estratégicos institucionais

- a) **Gestão fiscal e governança.** Incremento de receita **sem aumento de carga tributária**, com **pagamento apenas por êxito**, reforçando a sustentabilidade do gasto e a qualidade do resultado – aderente à **LRF** e ao arranjo PPA-LDO-LOA. [Planalto+1](#)
- b) **Transparência e controle.** Compromisso de reporte a órgãos de controle (esclarecimentos/defesas) e manutenção de **trilha de auditoria**; publicidade centralizada no **PNCP**. [Serviços e Informações do Brasil](#)
- c) **Gestão digital de processos.** **Prioridade a meios eletrônicos** (protocolos, relatórios, guarda digital), padronização de registros e governança documental, conforme **Lei do Governo Digital**. [Planalto+1](#)

### 23.3 Contribuição para políticas setoriais (efeito financeiro transversal)

Os **valores líquidos recuperados** ampliam a capacidade de financiamento das políticas finalísticas **sem criação de obrigações permanentes de custeio**, permitindo reforço em educação, saúde, assistência e infraestrutura conforme prioridades do PPA/LOA de cada exercício. Como efeito agregado, há **redução de pressões de contingenciamento** e suporte a investimentos, com reflexos em indicadores setoriais (ex.: cobertura de atenção básica, manutenção de vias), dentro do ciclo de planejamento definido na **CF/88 (art. 165)** e nas diretrizes de responsabilidade fiscal. [Portal da Câmara dos Deputados+1](#)

### 23.A Quadro de alinhamento (síntese operável)

Dimensão	Objetivo estratégico	Instrumento/Regra	Evidência/Registro
<b>Fiscal</b>	Elevar receita sem aumentar tributos; pagar só com êxito	<b>CF/88 art. 165; LC 101/2000 (LRF)</b>	Empenho por retenção no mês do ingresso; relatórios fiscais. <a href="#">Portal da Câmara dos Deputados+1</a>
<b>Governança</b>	Planejar e registrar a contratação	<b>Decreto 10.947/2022 (PCA/PGC)</b>	Inclusão/atualização no PCA; documentação no PGC. <a href="#">Planalto</a>
<b>Transparência</b>	Publicidade dos atos do processo	<b>Art. 174 da Lei 14.133/2021; PNCP</b>	Publicações e comprovantes no <b>PNCP</b> . <a href="#">Normas Legais+1</a>
<b>Digital</b>	Tramitação e guarda digitais	<b>Lei 14.129/2021 (Governo Digital)</b>	Protocolos eletrônicos; relatórios digitais. <a href="#">Planalto</a>

## 24. RESPONSÁVEIS

### 24.1 Equipe de planejamento (nomes, funções e atos praticados)

- **Brena Romeu Veras** — Responsável pelo Documento de Formalização da Demanda (DFD); unidade requisitante: SEPLAG/Crateús. Ato: elaboração e validação do DFD.
- **Ianka Gomes da Costa** — Coordenadora do Setor de Compras. Ato: emissão e assinatura do **Ofício nº 074/2025**, com encaminhamento do processo e justificativa de **tramitação excepcional fora do M2A**.
- **Bárbara Apolônio de Oliveira** — Controladora Adjunta. Ato: **Parecer CGM nº 210/2025**, manifestação favorável à regularidade formal/orçamentária e recomendação de envio à AJ e posterior **ratificação/autorização** pela autoridade competente (conforme rito de contratação direta previsto na **Lei 14.133/2021**). [Planalto](#)
- **Setor de Contabilidade/Assessoria Contábil (Publmais Planejamento Contábil Ltda)** — Dotação indicada: Projeto/Atividade e **Elemento 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – PJ**; fonte: recursos não vinculados de impostos; orientação para suplementação **somente** no ato da OS. Ato: **MEMO SEFIN** com informação de dotação e condicionantes.

### 24.2 Autoridade competente (ciência/assinatura)

- **PATRICIANA MESQUITA BRAGA** — Ordenadora de Despesas. **Despachos previstos:**
- a) **Ciência e aprovação do ETP;**
- b) **Ratificação da inexigibilidade** (Lei nº 14.133/2021, art. 74) e **autorização para contratar;**



c) **Assinatura do contrato** e determinações para **publicações no PNCP** e demais registros. (Identificação com o protocolo de portaria institucional; **juntar ao processo a Portaria de Delegação/Designação.**) Planalto+1

24.3 Preposto/representante da contratada (relacionamento operacional)

• **SAULO GONÇALVES SANTOS** — Sócio e representante da **Gonçalves Santos Sociedade de Advogados** (OAB/CE 2.594), signatário da proposta. **Ato:** representação técnica e operacional da contratada perante o Município.

24.4 Despachos/encadeamento mínimo (rastreado no processo)

1. **DFD** elaborado e validado (Unidade Requisitante).
2. **Encaminhamento** do processo com justificativa de fluxo (Setor de Compras).
3. **Informação de dotação** (Contabilidade/SEFIN).
4. **Parecer CGM nº 210/2025** favorável e remessa à **AJ**.
5. **Parecer jurídico conclusivo** (AJ) — [inserir nº/assinatura quando juntado].
6. **Ratificação da inexigibilidade e autorização para contratar** (Autoridade competente, **art. 74**). Planalto
7. **Assinatura do contrato e publicações no PNCP** (Gestor/Compras), conforme **art. 174** da Lei 14.133/2021 e diretrizes oficiais do PNCP. Serviços e Informações do Brasil+1

24.A Quadro-síntese (responsáveis x ato x base de referência)

Responsável	Ato praticado	Registro exigido	Base normativa / evidência
<b>Unidade requisitante (SEPLAG)</b>	DFD	DFD assinado	Lei 14.133/2021 (planejamento) <u>Planalto</u>
<b>Setor de Compras</b>	Ofício nº 074/2025 e instrução	Ofício + peças no processo	Lei 14.133/2021 (processo de contratação direta) <u>Planalto</u>
<b>Controladoria (CGM)</b>	Parecer CGM nº 210/2025	Parecer juntado	Lei 14.133/2021 (controle e governança) <u>Planalto</u>
<b>Contabilidade/SEFIN</b>	Indicação de dotação e condicionantes	MEMO SEFIN	Planejamento/execução; PCA/PGC ( <b>Decreto 10.947/2022</b> ) <u>Planalto+1</u>
<b>Autoridade competente</b>	Ciência do ETP; ratificação da inexigibilidade; autorização para contratar; assinatura	Despachos + contrato	Lei 14.133/2021, arts. <b>74</b> e <b>174</b> (publicidade no <b>PNCP</b> ) <u>Planalto+1</u>
<b>Gestor/Fiscais do contrato</b>	Acompanhamento, fiscalização e atesto	Portarias de designação; RPM/RBE; atas	<b>Art. 117, Lei 14.133/2021</b> ; PNCP (publicações) <u>Planalto+1</u>
<b>PNCP (publicações)</b>	Reconhecimento, inexigibilidade, contrato e execuções	Comprovantes de publicação	<b>Art. 174, Lei 14.133/2021</b> ; “ <b>Sobre o PNCP</b> ” (gov.br) <u>Serviços e Informações do Brasil+1</u>

## MATRIZ DE RISCOS

### 1. CONTEXTO E ESCOPO DA MATRIZ DE RISCOS (MR)

1.1 Objeto exato coberto

Esta Matriz de Riscos (MR) abrange a contratação direta, por **inexigibilidade**, de serviços advocatícios técnicos e especializados destinados a **propor, acompanhar e executar** a medida judicial de **recuperação do IRRF de titularidade municipal**, conforme a tese fixada pelo **STF no Tema 1130**. O contrato é **por escopo**, com atuação **até o trânsito em julgado e o cumprimento de sentença** (execução dos valores). Supremo Tribunal Federal

**Base jurídica essencial do objeto:**

i) **Lei nº 14.133/2021, art. 74, III** (inexigibilidade para serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, com notória especialização); ii) **Lei nº 14.039/2020, art. 3º-A** (serviços profissionais de advogado são, por natureza, técnicos e singulares, quando comprovada a notória especialização). Planalto+1

1.2 Fases do processo cobertas pela MR

a) **Planejamento:** formalização da demanda (DFD), parecer jurídico, **ratificação da inexigibilidade**, indicação de dotação e arranjo de governança. (Lei 14.133/2021). Planalto

b) **Seleção/contratação:** instrução do processo; contrato **com remuneração exclusivamente por êxito** (15%) e **cláusula de destaque/retensão de honorários contratuais** nos termos do **art. 22, §4º, do EOAB**, conforme orientação jurisprudencial do **STJ (REsp 1.818.107/RJ)**. Planalto+1

c) **Execução:** entrega do “**kit-prefeito**” (procuração e documentos) após a OS, ajuizamento e acompanhamento da ação até a execução; emissão de relatórios e **atendimento a órgãos de controle** (esclarecimentos, defesas e recursos), com **publicidade** dos atos obrigatórios no **PNCP**. Serviços e Informações do Brasil



**Nota de higienização normativa:** o art. 22-A do EOAB tem escopo específico e não é a base geral de destaque por êxito nesta hipótese. Para a retenção/destaque nos próprios autos, a referência correta é o art. 22, §4º, do EOAB, reforçada pelo REsp 1.818.107/RJ. Planalto+1

### 1.3 Fronteiras do escopo (dentro/fora)

#### Dentro do escopo (MR monitora):

- Gestão de prazos e qualidade das peças na propositura, instrução, recursos e execução;
- Governança, publicações e trilha de auditoria da contratação, inclusive quando do fluxo excepcional fora do M2A, com observância de publicidade no PNCP; Serviços e Informações do Brasil
- Confidencialidade e proteção de dados nas informações e documentos acessados, com procedimentos de resposta a incidentes (LGPD, art. 48; RCIS/ANPD); Portal TCU+1
- Demonstração de razoabilidade do preço (15% por êxito) e aderência ao regime de inexigibilidade (Lei 14.133/2021; Lei 14.039/2020). Planalto+1

#### Fora do escopo (MR não cobre):

- Infraestrutura física de datacenters, redes externas e disponibilidade de sistemas judiciais de terceiros (PJe/e-SAJ etc.);
- Operação da rede local e soluções de TI do Município não vinculadas ao processo da contratação;
- Políticas e decisões jurisdicionais (atos do juízo/tribunais) fora da esfera de controle contratual.

### 1.4 Interfaces críticas

- Fornecedor (escritório contratado): responsável técnico (notória especialização), equipe e governança; entrega do kit-prefeito, peças, relatórios e respostas a órgãos de controle (base em art. 74, III, da Lei 14.133/2021 e art. 3º-A da Lei 14.039/2020). Planalto+1
- Unidades internas (SEPLAG/Compras/Contabilidade/Procuradoria/Controle Interno): instrução, fluxo excepcional fora do M2A, conciliações para retenção e prestação de contas; publicações no PNCP. Serviços e Informações do Brasil
- Jurídico/Procuradoria/AJ: pareceres e apoio estratégico (Lei 14.133/2021 – processo de contratação). Planalto
- Órgãos de controle (interno e externo): recebimento de esclarecimentos/defesas e acompanhamento de conformidade (publicidade no PNCP e governança de riscos conforme Referencial do TCU). Serviços e Informações do Brasil+1

### 1.5 Objetivos da MR

- Reduzir atrasos e riscos de preclusão por falhas de prazo/qualidade das peças;
- Garantir publicações e registros essenciais (atas, relatórios, comparativos de preço) e a rastreabilidade do processo, inclusive no fluxo manual fora do M2A, respeitando a publicidade no PNCP; Serviços e Informações do Brasil
- Preservar a integridade e a confidencialidade dos dados/documentos (LGPD art. 48; RCIS/ANPD); Portal TCU+1
- Assegurar conformidade econômico-financeira da retenção por êxito (15%) no ato do ingresso dos valores, com base no art. 22, §4º, do EOAB e na jurisprudência do STJ. Planalto+1

**Escopo temporal da MR:** da instrução e contratação ao encerramento da execução (recebimentos finais e comprovações), com revisões trimestrais ou sempre que houver evento crítico (p. ex., modulação jurisprudencial, determinação de órgão de controle). A abordagem metodológica segue o Referencial Básico de Gestão de Riscos do TCU (ciclo identificar–analisar–tratar–monitorar–revisar). Portal TCU

## 2. APETITE E TOLERÂNCIA A RISCOS

### 2.1 Métrica e cálculo (NR – Nível de Risco)

- a) **Definição.**  $NR = P \times I$ , com P (probabilidade) e I (impacto) variando de 1 a 3, conforme o Referencial de Gestão de Riscos do TCU (ciclo identificar–analisar–tratar–monitorar–revisar). Portal TCU+1
- b) **Impacto utilizado.** Para I, adota-se o maior entre os impactos já definidos na MR: IMO (operacional), IRG (resultado/financeiro) e IVF (fiscalização/controle). (Boa prática aderente à abordagem de maior consequência do TCU.) Portal TCU
- c) **Risco residual.** O NR<sub>r</sub> é recalculado após cada tratamento aprovado e registrado em ata, com data, responsável e evidências. (Rastreabilidade e governança conforme TCU.) Portal TCU
- d) **Integração ao processo de contratação.** A mensuração e o registro de riscos integram a fase preparatória do processo (ETP/planejamento) exigida pela Lei 14.133/2021. Planalto+1

### 2.2 Faixas de tolerância e decisão por faixa

**Tabela 1 — Thresholds, decisão e prazos operacionais**

Faixa	Regra (NR)	Decisão padrão	Prazo/ritmo de tratamento	Registro
Crítico	$NR \geq 6$	Tratar e escalar imediatamente	Abrir plano em 72h; acompanhamento semanal até NR <sub>r</sub> ≤ 5	Ata de governança + evidências do plano



Moderado	NR 3-5	Monitorar com plano proporcional	Definir tratamento ≤ 10 dias; checkpoints mensais	Ata + metas de gestão (NR <sub>r</sub> )
Baixo	NR ≤ 2	Aceitar com justificativa	Reavaliação trimestral ou por gatilho	Ata + controles mínimos

(Enquadra-se no planejamento e gestão de riscos requeridos pela **Lei 14.133/2021** e pelas diretrizes do **Referencial TCU**.) Planalto+1

2.3 Tolerância zero (riscos não aceitáveis)

a) **Preclusão processual imputável** (perda de prazo).

b) **Violação de confidencialidade/LGPD** (acesso indevido, vazamento ou perda de integridade).

Para esses eventos, **não há aceitação**: ação corretiva **obrigatória** e **escalação imediata** (classe **Crítica**), observando o **art. 48 da LGPD** e o procedimento de **Comunicação de Incidente de Segurança (CIS)** da ANPD.

Planalto+1

2.4 Critérios objetivos para "aceitar risco"

A aceitação somente é válida quando: i) **NR ≤ 2** ou o tratamento demonstrar **relação custo-benefício desfavorável** com **justificativa técnica**; ii) **conformidade legal preservada** (Lei 14.133/2021, ETP/planejamento); iii) **planos de contingência** definidos; iv) **registro em ata** com **NR<sub>r</sub>**, **prazo de revisão** e **responsável**. Planalto+1

2.5 Autoridades e governança de exceções

a) **Comitê de Governança da Contratação** (Gestor, Fiscais técnico/adm., AJ/Procuradoria; Controle Interno convidado): **aprova planos** para **NR 3-5**, **aceita riscos ≤ 2** e **recomenda medidas para críticos** (modelo de governança TCU). Portal TCU

b) **Ordenadora de Despesas/Autoridade competente**: **homologa exceções** que mantenham **NR ≥ 6** por mais de um ciclo ou que demandem **reforço de meios/alteração de escopo**; decide sobre reforço de recursos (competências na Lei 14.133/2021). Planalto

c) **Gestor do Contrato**: pode impor **medidas cautelares** até a reunião do Comitê quando houver **risco crítico** ou de **tolerância zero** (boas práticas TCU). Portal TCU

2.6 Gatilhos de revisão e reporte

a) **Revisão obrigatória** do risco quando houver: **mudança de rito/precedente**, **intimação crítica**, **incidente de segurança** (LGPD/CIS), **ingresso de valores no fim do exercício** ou **qualquer aumento de P ou I ≥ 1 ponto**. (Integra governança e ETP/planejamento – Lei 14.133; CIS – ANPD.) Planalto+1

b) **Semáforo de criticidade**. Verde (NR ≤ 2); Amarelo (NR 3-5); Vermelho (NR ≥ 6). **Relato mensal** no RPM e **imediato (D+1)** para eventos **Vermelhos**, com **ata** e **planos de ação** (Referencial TCU).

### 3 METODOLOGIA (PROBABILIDADE × IMPACTO) E TAXONOMIA

3.1 Escalas padronizadas

3.1.1 Probabilidade (P, 1-3)

P	Definição	Guia prático
1	Baixa	Raro / ≤ 30% no horizonte do contrato
2	Média	Possível / 31-60%
3	Alta	Provável / > 60%

(Abordagem compatível com o Referencial e o Manual de Gestão de Riscos do TCU, que orientam a calibrar escalas simples, integrais e auditáveis para decisões de tratamento e monitoramento. Portal TCU+1)

3.1.2 Impactos (0-3) — medir separadamente e usar o maior (I<sub>max</sub>) no cálculo do nível

Dimensão	0 (nulo)	1 (baixo)	2 (moderado)	3 (alto)
IMO (operacional)	Sem efeito	Atraso ≤ 5 dias sem replanejar	Atraso 6-20 dias com replanejamento	Preclusão / atraso > 20 dias ou retrabalho crítico
IRG (resultado/financeiro)	0%	Perda/risco < 3% do benefício	3-10%	> 10% do benefício estimado ou glosa de honorários
IVF (fiscalização/controle)	Conformidade plena	Ajuste documental simples	Falha de registro/publicação relevante	Violação LGPD / ausência de trilha / descumprimento PNCP
ICX (criticidade contextual)*	Inaplicável	Baixa	Média	Alta

\* **ICX** é um rótulo semafórico usado na MR; **não** entra no cálculo do nível. Para **NR**, utiliza-se **I<sub>max</sub> = max(IMO, IRG, IVF)**. (Estrutura aderente ao processo identificar→analisar→tratar→monitorar→revisar, conforme TCU. Portal TCU)

Observação de conformidade: a avaliação e registro de riscos integram o **ETP/planejamento** da contratação, conforme a **IN SEGES/ME nº 40/2020**. Serviços e Informações do Brasil

3.2 Cálculo do nível de risco (NR) e faixas de decisão

**Fórmula:**  $NR = P \times I_{max}$



#### Faixas e decisões operacionais

- **NR ≥ 6 (Crítico)** → **Tratar e escalar imediatamente**. Abrir plano em até 72h, com dono, prazos e evidências; registrar em ata; **acompanhamento semanal** até NR ≤ 5.
- **NR 3–5 (Moderado)** → **Monitorar com plano proporcional**. Definir tratamento (≤ 10 dias), metas de redução e **checkpoint mensal**; admite-se **aceitação provisória** se o custo do tratamento superar o benefício de redução (ver 3.2 "Exceções").
- **NR ≤ 2 (Baixo)** → **Aceitar com justificativa**. Registrar motivação e controles mínimos; **reavaliar trimestralmente** ou a cada gatilho.

**Exceções e desvios:** aprovados pelo **Comitê de Governança da Contratação**; casos **NR ≥ 6** persistentes ou que demandem recursos/escopo adicional são **homologados pela Autoridade competente**. (Boas práticas e governança segundo TCU; riscos no planejamento exigidos pela Lei 14.133/2021.) Portal TCU+1

#### Tolerância zero (não aceitáveis):

- **Preclusão processual imputável (perda de prazo).**
- **Violação de confidencialidade/LGPD** (acesso indevido, vazamento, perda de integridade).  
Nessas hipóteses, ação corretiva **obrigatória** e **escalação imediata**, observando o **art. 48 da LGPD** e o **RCIS/ANPD** (Res. CD/ANPD nº 15/2024). Planalto+2Serviços e Informações do Brasil+2

#### 3.3 Taxonomia de riscos-tipo (reutilizável)

##### 3.3.1 Planejamento

- **P1** Falha na estimativa do benefício / ausência de memória de cálculo.
- **P2** Ausência de PCA/PAC ou de dotação indicada.
- **P3** Fluxo fora do M2A sem padrão de registros.

(Os riscos de planejamento devem aparecer no **ETP** e nos autos, conforme a **IN 40/2020**. Serviços e Informações do Brasil)

##### 3.3.2 Seleção / Contratação

- **S1** Minuta com escopo/SLA imprecisos; risco de glosa.
- **S2** Ausência de designação formal de gestor/fiscais.
- **S3** Publicações obrigatórias incompletas (PNCP/portal).

(Registro e publicidade são obrigações do processo de contratação; governança e riscos devem ser considerados desde a fase preparatória, conforme **Lei 14.133/2021** e materiais de gestão de riscos do **TCU**. Portal TCU)

##### 3.3.3 Execução (processual e de governança)

- **E1** Perda/risco de perda de prazo (preclusão).
- **E2** Mudança jurisprudencial/modulação com impacto no objeto.
- **E3** Inconsistências na memória de cálculo/execuções.
- **E4** Indisponibilidade do responsável técnico/equipe mínima.
- **E5** Contestação de honorários de êxito / glosa do RBE.

(Acompanhamento por indicadores e planos de ação é prática preconizada pelos guias do **TCU**. Portal TCU)

##### 3.3.4 TI / LGPD / Informação

- **T1** Vazamento, acesso indevido ou perda de integridade de dados/peças.
- **T2** Indisponibilidade do repositório digital / backup falho.
- **T3** Erros de protocolo eletrônico (OCR, metadados, carimbo de tempo).

(Tratamento e reporte de incidentes conforme **art. 48 da LGPD** e **RCIS/ANPD** — a ANPD estabelece procedimentos e prazos para comunicação de incidentes. Planalto+1)

##### 3.3.5 Integridade e compliance

- **C1** Conflito de interesses / captação indevida de clientela.
- **C2** Pressão externa para decisões/processos atípicos.
- **C3** Fraude documental / alteração não autorizada de peças.

## 4) REGISTRO DO RISCO (ESTRUTURA DO QUADRO)

### 4.1 Formato do quadro (preencher uma linha por risco)

Formulário de análise de risco (preenchimento de uma linha por risco)															
ID	Evento (risco)	Causa	Dano	Gatilho mensurável	NR = P				Proprietário	Alocação	Tratamento (prev./mit./cont.)	Vínculo contratual (cláusula)	KRI	Evidência mínima	
					P	M	R	V							
								$x$ $\max(\text{IM}, \text{O.IRC}, \text{VF})$							
R 1	Preclusão por perda de prazo	Falha no monitoramento de intimações	Perda de tese; atraso > 20 dias	Intimação sem protocolo em 24h	2	3	2	2	6	Contratada (resp. técnico)	Contratada	Prev.: alerta D+0; dupla checagem diária.	Cláus. SLA de prazos (7.3)	% intimações ≤ 2 dias úteis	Comprova ntes de protocolo; ata D+1; prints do painel



R 2	Vazamento de dados/speças	Controle de acesso o frágil	Sanção LGPD; nulidade	Acesso fora do perfil detectado	2	2	2	3	6	Fiscal Adm./Contratada	Compartilhada	Mit.: petição de dilação Cont.: substituto habilitado Prev.: perfis mínimos + criptografia. Mit.: rotação de credenciais e treinamento. Cont.: resposta a incidente e comunicação conforme RCIS/ANPD	Cláus. Confidencialidade/LGPD (9.2)	# incidentes de acesso indevido	Logs de acesso; termos de confidencialidade; registro de incidente
R 3	Divergência na memória de cálculo	Bases contábil e processual não conciliadas	Atraso na execução/glosa	Diferença > 2% entre RBE e contabilidade	2	2	3	2	6	Contratada/Contabilidade	Compartilhada	Prev.: planilha padrão; reunião bimestral. Mit.: revisão cruzada em 5 dias. Cont.: nota técnica e ajuste do cálculo	Cláus. Relatórios/RBE (11.1)	# divergências > 2%/mês	RBE; planilha assinada; ata de conciliação
R 4	Trilha de auditoria incompleta (fluxo fora do M2A)	Registro documental inconsistente	Fragilidade de controle	Documento sem ID/versão	2	2	2	3	6	Gestor/Fiscal	Contratante	Prev.: padrão de nomenclatura e versionamento. Mit.: auditoria mensal do repositório. Cont.: reconstituir peças e ata corretiva	Cláus. Relatórios (11.1) / Governança (13.1)	% itens com ID/versão	Atas; checklist mensal; prints do repositório (digitalizações conforme Dec. 10.278/2020 e e-ARQ v2)





R 5	Cont estaç ão de honor ários de êxito	Cláusu la ambíg ua / RBE incom pleto	Atraso no pagam ento	Impu gnaçã o forma l ao RBE	1	1	2	2	2	Gestor/Con tratada/AJ	Comp artilha da	Prev.: cláusul a clara "0,15 por 1,00" e retençã o (art. 22-A EOAB). Mit.: RBE detalha do com memóri a de cálculo e concilia ção. Cont.: parecer jurídico e retençã o contrat ual nos ingress os	Cláus. Retenção (art. 22-A) e Medição por marcos	% RBEs aprov ados sem ressa lvas	RBE; parece, AJ; extrato da retenção
-----	---	--	-------------------------------	--	---	---	---	---	---	--------------------------	-----------------------	---	--	--	--

**Escalas:** P (1–3); impactos (0–3). Para o cálculo do **NR**, usar o maior entre **IMO/IRG/IVF**, em aderência ao **Referencial de Gestão de Riscos do TCU. Licitações e Contratos**

#### 4.2 Guia de preenchimento (resumo objetivo)

- **Evento (risco):** fato incerto com efeito adverso (ex.: "preclusão por perda de prazo").
- **Causa:** raiz do evento (ex.: "falha no monitoramento de intimações").
- **Dano:** impacto principal (ex.: "perda de tese / atraso > 20 dias / glosa de honorários").
- **Gatilho mensurável:** limiar que aciona o tratamento (ex.: "intimação sem protocolo em 24h"; "digitalização < 95% no mês"; "diferença > 2% entre RBE e contabilidade"; "lead time OS→ajuizamento > 15 dias"; "disponibilidade do repositório < 99,5%/mês").
- **P, IMO, IRG, IVF:** atribua conforme escalas padronizadas; **NR = P × impacto máximo**.
- **Proprietário:** quem age (Contratada – responsável técnico; Gestor; Fiscal; Contabilidade).
- **Alocação:** Contratante / Contratada / Compartilhada (quando o controle depende de ambos).
- **Tratamento:** Preventivo (evita), Mitigação (reduz impacto), Contingência (plano B).
- **Vínculo contratual (cláusula):** referência do contrato/TR (ex.: "SLA de prazos"; "Confidencialidade/LGPD"; "Relatórios mensais"; "Retenção de honorários — art. 22-A do EOAB"). Planalto+1
- **KRI:** indicador-chave de risco (ex.: "% intimações ≤ 2 dias úteis"; "# peças devolvidas por erro formal/mês"; "% peças digitais"; "% respostas a órgãos de controle no prazo"; "# divergências > 2% nas execuções").
- **Evidência mínima:** item verificável (protocolos, atas, logs de acesso, prints do painel, RBE com memória de cálculo, conciliação contábil, registro de destruição segura).

**Observância normativa (planejamento e publicidade no PNCP):** IN SEGES/ME 40/2020 (ETP Digital) e Lei 14.133/2021, art. 174 (publicidade no PNCP). Serviços e Informações do Brasil

## 5) MONITORAMENTO, KRIs E PAINEL

### 5.1 Regras gerais de reporte

- **Periodicidade base:** mensal (Relatório Processual Mensal – RPM), com alertas **D+1** para eventos **críticos** (**NR ≥ 6**) e comunicados **D+0** para incidentes de tolerância zero (preclusão e LGPD), em linha com boas práticas do **Referencial de Gestão de Riscos do TCU** quanto à documentação do método, escalas e acompanhamento contínuo. Portal TCU+1
- **Fluxo:** Contratada → Gestor/Fiscais até **D+3**; Gestor/Fiscais → Controle Interno/Integridade/Ordenadora até **D+7** (consolidação e parecer).
- **Fontes de dados:** sistemas judiciais (IDs/andamentos), **repositório digital** (logs/versões/checksums), **PNCP**/portal de transparência (publicações obrigatórias), ofícios/protocolos, planilhas de conciliação contábil, atas de governança e RBE. Publicações no PNCP observam o art. 174 da **Lei 14.133/2021**. Serviços e Informações do Brasil+1



## 5.2 KRIs mínimos (definições, metas/limites, frequência, fontes e responsáveis)

KRI	Definição	Meta / Limite	Frequência	Fonte de dados	Responsável (owner)	Validação
SLA-INT	% de intimações tratadas ≤ 2 dias úteis	≥ 99%	Mensal + D+1 crítico	Painel de prazos; comprovantes	Contratada (Resp. técnico)	Fiscal técnico
RESP-CTRL	% de respostas a órgãos de controle no prazo	= 100%	Mensal	Ofícios/protocolos; atas	Contratada	Gestor
DIGI-TX	% de peças/relatórios protocolados eletronicamente	≥ 97%	Mensal	Repositório; comprovantes	Contratada	Fiscal adm.
INT-REP	Integridade do repositório (% itens com ID/versão e checksum OK)	≥ 98%	Quinzenal / Mensal	Logs; auditoria	Fiscal adm. / TI interna	Controle Interno
RPO-BKP	Recovery Point Objective do repositório	≤ 24h	Diário (autom.) / Mensal (relato)	Relatórios de backup	TI interna	Gestor
RTO-REST	Recovery Time Objective (restauração após falha)	≤ 8h	Por incidente / Trimestral (teste)	Plano de DR; relatórios de teste	TI + Contratada	Gestor
RBE-Δ	Diferença RBE × Contabilidade por execução	≤ 2%	Por marco (execução)	RBE + conciliação contábil	Contratada + Contabilidade	Fiscal adm.
ERR-FORM	# peças devolvidas por erro formal/mês	= 0 (gatilho ≥ 1)	Mensal	Devoluções/decisões do juízo	Contratada	Fiscal técnico
INC-P1	Incidentes P1 (NR ≥ 6 ou tolerância zero)	= 0 (alerta D+0)	Contínuo / Mensal (sumário)	Registro de incidentes/atas	Gestor + Contratada	Controle Interno
INC-P2	Incidentes P2 (NR 3–5)	≤ 1/mês	Mensal	Registro de incidentes	Gestor	Controle Interno
PUB-PNCP	% de publicações obrigatórias realizadas no prazo	= 100%	Mensal	PNCP/portal; processo	Setor de Compras/Gestor	Controle Interno
AJUI-LT	Lead time OS → ajuizamento (com "kit-prefeito" completo)	≤ 15 dias	Mensal	OS; checklists; comprovantes	Contratada	Gestor

**Notas de conformidade:** incidentes LGPD com risco/dano relevante devem ser comunicados à ANPD e aos titulares (art. 48 da LGPD), conforme o **Regulamento de Comunicação de Incidente de Segurança – RCIS** aprovado pela Res. CD/ANPD nº 15/2024. [Portal da Câmara dos Deputados+1](#)

## 5.3 Painel de acompanhamento (visual e decisório)

- **Heat map de riscos (P × I):** matriz 3×3 com semáforo (Verde NR ≤ 2; Amarelo 3–5; Vermelho ≥ 6). Cada risco exibe tendência (↑/→/↓), owner, próxima ação e prazo — abordagem compatível com o **Referencial do TCU**. [Portal TCU](#)
- **Top-5 riscos do mês:** lista priorizada por NR e impacto esperado, com evento, gatilho acionado, ação corretiva, status do prazo e % de redução do **NR residual**.
- **Bloco de conformidade:** PUB-PNCP, INT-REP, DIGI-TX, RPO/RTO e INC-P1/-P2 com marcador de meta (atingida/não atingida). **Publicações** e rastreabilidade das peças/atos no **PNCP**. [Serviços e Informações do Brasil](#)
- **Bloco financeiro:** RBE-Δ por execução e quadro de **retenções** vinculadas aos ingressos (comprovantes anexos).

## 5.4 Escalação e ações corretivas

- **Falha de meta em KRI crítico** (SLA-INT, INT-REP, RPO/RTO, INC-P1, PUB-PNCP): elaborar **plano em 72h** com ata; acompanhamento **semanal** até normalizar (governança baseada em risco, conforme TCU). [Portal TCU](#)
- **Recorrência ≥ 2 meses sem atingir meta:** Comitê de Governança delibera reforço de recursos/ajuste de processo; a Autoridade competente homologa mudanças com impacto em escopo/custo (planejamento e publicidade segundo a **Lei 14.133/2021** e boas práticas de ETP da **IN 40/2020**). [Serviços e Informações do Brasil+1](#)
- **Teste de exportação do repositório (trimestral):** 100% de sucesso com **hash** do pacote; falha aciona **simulado de restauração** e revisão de controles. Adoção das diretrizes de **digitalização/autenticidade** do **Decreto 10.278/2020** e requisitos do **e-ARQ Brasil v.2 (CONARQ)** para garantir integridade e validade probatória dos documentos. [Planalto+1](#)

## 5.5 Responsabilidades por métrica (síntese)

- **Contratada:** SLA-INT, RESP-CTRL, DIGI-TX, AJUI-LT, insumos do **RBE-Δ**, registro inicial de incidentes.
- **Gestor/Fiscais:** consolidação mensal, verificação de evidências, **PUB-PNCP** (com Compras) e validação do **RBE-Δ**.
- **TI interna:** INT-REP (checksums), **RPO-BKP**, **RTO-REST**, teste de exportação/restauração conforme **Decreto 10.278/2020**. [Planalto](#)
- **Contabilidade:** conciliação do **RBE-Δ** e registros de retenção.
- **Controle Interno/Integridade:** auditoria por amostragem, validação independente de metas e trilha de auditoria (boas práticas TCU). [Portal TCU](#)





## 6) GOVERNANÇA, VÍNCULO CONTRATUAL E ATUALIZAÇÕES

### 6.1 Papéis e escalonamento (linha única de comando)

- Owner do risco (na MR):** executa o tratamento e reporta evidências.
- Fiscal técnico/administrativo → Gestor do contrato → Ordenadora de Despesas (cadeia de decisão)**
- Regras de escalada por criticidade (NR = P x I):**
  - NR ≥ 6 (Crítico ou tolerância zero – preclusão/LGPD):** owner aciona D+0; Fiscal valida até D+1; Gestor decide e põe o plano em execução até D+2; escala-se à Ordenadora quando exigir reforço de meios/alteração de escopo. Diretriz metodológica conforme boas práticas do TCU para gestão de riscos. Planalto
  - NR 3–5 (Moderado):** plano em até 10 dias, com checkpoints mensais. Planalto
  - NR ≤ 2 (Baixo):** aceitação com justificativa e revisão trimestral. Planalto

### 6.2 Matriz de alocação de responsabilidades e penalidades

Fator de risco/processo	Responsável primário	Alocação	Penalidades/Consequências	Fundamento
Prazos/qualidade das peças (preclusão, erro formal)	Contratada (responsável técnico)	Contratada	Glosa/multa por SLA; rescisão por inadimplemento	Lei 14.133/2021 (contratações), art. 74 (inexigibilidade; serviços técnicos especializados) + §4º (execução direta do núcleo intelectual). <u>Planalto</u>
Trilha de auditoria/publicações (PNCP) e fluxo excepcional fora do M2A	Contratante (Gestor/Fiscais/Compras)	Contratante	Responsabilidade administrativa por falhas de publicidade/registro	Lei 14.133/2021, art. 174 (PNCP) + "Conheça o PNCP"; manuais do Compras.gov.br sobre envio/anexos ao PNCP. <u>Portal TCU+2</u> <u>Serviços e Informações do Brasil+2</u>
Memória de cálculo e conciliações RBE x Contabilidade	Contratada + Contabilidade	Compartilhada	Correção do RBE; retenção apenas com evidência conciliada	Boas práticas de governança e risco (TCU). <u>Planalto</u>
LGPD/confidencialidade (incidentes)	Contratada + Contratante/TI	Compartilhada	Resposta a incidente; apuração e sanções legais/contratuais	LGPD, art. 48 (dever de comunicar); RCIS/ANPD (Res. CD/ANPD 15/2024). <u>gov.br+1</u>
Repositório/backup (RPO/RTO, integridade e versionamento)	Contratante/TI interna	Contratante	Restauração e resguardo probatório	e-ARQ Brasil v2 (gestão arquivística digital); Decreto 10.278/2020 (digitalização com eficácia probatória). <u>Planalto+1</u>
Retenção dos honorários por êxito (0,15 por 1,00)	Contratada + Gestor	Compartilhada	Retenção contratual nos ingressos; contestação → parecer jurídico	EOAB (Lei 8.906), art. 22-A (retenção limitada aos juros de mora) e art. 22, §4º; reforço jurisprudencial do STJ (REsp 1.818.107/RJ). <u>Serviços e Informações do Brasil+1</u>

Observação: a natureza **intelectual e singular** do patrocínio judicial (Tema 1130/STF) é reconhecida pela Lei 14.039/2020 (art. 3º-A), baseando a inexigibilidade e a **execução direta do núcleo intelectual**. Planalto

### 6.3 Gatilhos formais de revisão da MR

- Fechamento do ETP/TR (consolidação):** publicar a versão alinhada ao contrato (*Anexo/Apêndice*).
- Ratificação/assinatura:** vincular a MR vigente ao processo e aos atos no PNCP (contrato/aditivos). Portal TCU+1
- Atualizações:**

- MAJOR** (muda alocação, inclui/exclui risco crítico ou altera gatilho essencial): novo cabeçalho; atualização no PNCP; comunicação formal às partes. Serviços e Informações do Brasil
- MINOR** (ajuste de tratamento/KRIs, sem mudar alocação): novo cabeçalho; registro no processo; publicar **resumo** no PNCP quando afetar metas/limites de KRI crítico. Serviços e Informações do Brasil
- PATCH** (correção redacional/numeração): registro em histórico, sem reflexo no PNCP.

d) **Disparadores obrigatórios:** incidentes **NR ≥ 6**; falha em KRI crítico (SLA-INT, INT-REP, RPO/RTO, PUB-PNCP); determinação de controle; **eventos externos** (p. ex., modulação jurisprudencial no Tema 1130). Planalto+1

### 6.4 Prazos e fluxo de aprovação (versão semântica)

- MINUTA de revisão:** D+3 (owner + Fiscal).
- Decisão do Gestor:** até D+5.
- Homologação da Ordenadora:** até D+10 quando houver custo/escopo ou persistir NR ≥ 6.
- Publicação:** atos e versões **MAJOR/MINOR** vinculadas ao contrato no **PNCP**; coerência com PCA/PGC conforme Decreto 10.947/2022. Planalto



#### 6.5 Relato, publicidade e arquivo de evidências

- a) **Onde publicar:** PNCP (atos e versões MAJOR/MINOR da MR vinculadas ao contrato). Portal TCU.
- b) **Onde arquivar:** processo administrativo + repositório digital (pastas: *MR/01-Vigente*; *02-Histórico*; *03-Evidências*); controlar **integridade e versões** segundo e-ARQ; quando digitalizar, observar Decreto 10.278/2020 (requisitos de autenticidade e validade). Planalto+1
- c) **Evidências mínimas por risco:** comprovantes de protocolo (sistemas judiciais), RBE e conciliações, logs de acesso/backup (RPO/RTO), atas de governança, print do heat map, **hash** do pacote de exportação e comprovante de **envio/anexo ao PNCP**. Serviços e Informações do Brasil

#### 6.6 Integração com o painel e responsabilidades por métrica

- a) **Heat map** (P×I) e **Top-5** riscos alimentados mensalmente pelo **RPM** da Contratada; consolidação pelo Gestor/Fiscais e envio a Controle Interno/Integridade até D+7; itens **Vermelhos** ficam em *follow-up* semanal. Planalto

#### b) **KRIs críticos e fontes oficiais de verificação:**

- **PUB-PNCP** (publicações no prazo) — registros no PNCP/Compras.gov.br. Serviços e Informações do Brasil+1
- **INT-REP/RPO/RTO** (integridade e continuidade do repositório) — logs/relatórios conforme e-ARQ; testes periódicos de restauração. Planalto
- **SLA-INT** (intimações ≤ 2 dias úteis) — comprovantes de protocolo. Diretriz de desempenho parametrizada na MR à luz de gestão de riscos do TCU. Planalto
- **LGPD/RCIS** — incidentes e comunicações segundo art. 48 (LGPD) e Regulamento de Comunicação de Incidente de Segurança (Res. 15/2024/ANPD). gov.br+1

Crateús, CE, 24 de outubro de 2025

*Davi Kelton Rodrigues Lima*  
**DAVI KELTON RODRIGUES LIMA**  
Equipe de Planejamento